

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	12
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	13
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	15
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	16
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	17
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	18
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	19
1.13 Acordos de acionistas	20
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	21
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	22
1.16 Outras informações relevantes	23
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	24
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	33
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	34
2.5 Medições não contábeis	35
2.6 Eventos subsequentes as DFs	36
2.7 Destinação de resultados	37
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	38
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	39
2.10 Planos de negócios	40
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	41
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	42
3.2 Acompanhamento das projeções	43
4. Fatores de risco	

Índice

4.1 Descrição dos fatores de risco	44
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	49
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	50
4.4 Processos não sigilosos relevantes	51
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	53
4.6 Processos sigilosos relevantes	54
4.7 Outras contingências relevantes	55
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	56
5.2 Descrição dos controles internos	59
5.3 Programa de integridade	61
5.4 Alterações significativas	64
5.5 Outras informações relevantes	65
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	66
6.3 Distribuição de capital	70
6.4 Participação em sociedades	71
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	72
6.6 Outras informações relevantes	73
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	74
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	78
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	79
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	81
7.4 Composição dos comitês	87
7.5 Relações familiares	88
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	89
7.7 Acordos/seguros de administradores	93
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	94
8.2 Remuneração total por órgão	97
8.3 Remuneração variável	101

Índice

8.4 Plano de remuneração baseado em ações	103
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	104
8.6 Outorga de opções de compra de ações	105
8.7 Opções em aberto	107
8.8 Opções exercidas e ações entregues	108
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	109
8.10 Outorga de ações	110
8.11 Ações entregues	111
8.12 Precificação das ações/opções	112
8.13 Participações detidas por órgão	113
8.14 Planos de previdência	114
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	115
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	116
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	117
8.18 Remuneração - Outras funções	118
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	119
8.20 Outras informações relevantes	120
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	121
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	123
9.4 Outras informações relevantes	124
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	125
10.1 Descrição dos recursos humanos	126
10.2 Alterações relevantes	128
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	129
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	137
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	138
11.2 Transações com partes relacionadas	139
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	142
11.3 Outras informações relevantes	143

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	144
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	146
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	147
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	148
12.5 Mercados de negociação no Brasil	149
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	150
12.7 Títulos emitidos no exterior	151
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	152
12.9 Outras informações relevantes	154
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	155
13.1 Declaração do diretor presidente	156
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	157
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	158

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

Multinacional brasileira de produtos esportivos, o Grupo Cambuci construiu sua história com coragem, dedicação, esforço e muito trabalho. A história começou em 1945 quando os filhos de Assibe - Victório, Eduardo, Mario e Ernesto Estefano compraram a parte dos tios e fundaram, oficialmente, a Malharia Cambuci S/A, uma confecção de artigos de vestuário masculinos e femininos localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo.

Pouco menos de 25 anos depois, em 1968, os irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, filhos de Eduardo e netos de Assibe, assumiram a empresa e deram um novo rumo ao negócio: o mercado esportivo. Em 1970, a Cambuci criou a marca Penalty e lançou produtos para a prática de futebol. Com o sucesso, anos mais tarde a Cambuci transferiu sua produção para o interior de São Paulo, em um complexo de fábricas criado para atender todo o mercado brasileiro. Em seguida, fechou o seu primeiro grande contrato com o São Paulo Futebol Clube.

Em 1979, a Cambuci, com a marca Penalty, acertou parceria com a Confederação Brasileira de Futebol de Salão ("CBFS"), que acabava de nascer. Os constantes investimentos no futebol por mais de 20 anos firmaram a Penalty como uma marca profissional intimamente ligada à modalidade e suas vertentes.

Antes da metade dos anos 80, a empresa tornou-se a maior fabricante brasileira de bolas. Neste período, transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e adquiriu os direitos de fabricação de calçados da marca Asics, bem como de raquetes e bolas de tênis das marcas Wilson e Doonay, o que trouxe para a companhia a experiência e tecnologia que permitiram o avanço no mercado internacional.

Nos anos 90, a Penalty consolidou sua presença na América do Sul tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Com resultado dos investimentos, a marca mostrou-se "pé quente", pois o São Paulo Futebol Clube, time patrocinado pela Penalty, foi bicampeão da Libertadores da América e do Mundial Interclubes, em 1992 e 1993. Dois anos depois, em 1995, o Grêmio de Football Portoalegrense, outro time patrocinado pela Penalty, foi campeão da Libertadores da América e vice-campeão no Mundial Interclubes. Além disso, a Seleção Brasileira de Futsal, também patrocinada pela marca, foi pentacampeã mundial (1982, 1985, 1989, 1992 e 1996), tornando a modalidade cada vez mais prestigiada em todo o Mundo.

Ainda na década de 90, a explosão do consumo de material esportivo estimulou a Cambuci a investir cada vez mais no crescimento da marca Penalty. Foram inauguradas fábricas em três estados brasileiros: São Paulo, Bahia e Paraíba. Com as novas plantas, forma ampliadas linhas de produtos, desenvolvidas novas tecnologias em bolas, calçados, confecção, equipamentos e acessórios, além da aplicação de investimentos estratégicos no setor esportivo.

Com isso, a Cambuci manteve sua competitividade no mercado nacional e firmou-se no mercado internacional, levando a marca Penalty para diversos países em toda a América, Ásia e Europa. Em 1998, foi fundada a Penalty Argentina, primeira filial fora do Brasil e que hoje tem presença massiva de Misiones a Ushuaia, sendo uma das principais marcas argentinas de futebol. Para assegurar a estratégia de ampliação de sua presença no universo esportivo, a Cambuci lançou, em 2005, a marca Stadium, complementando o extenso portfólio de produtos da empresa. Deste modo, buscou acompanhar o ritmo

1.1 Histórico do emissor

de crescimento acelerado da economia nacional e a migração das classes C, D e E, apresentando a marca Stadium como uma nova opção para aquisição de produtos esportivos com excelente relação custo-benefício.

Em 2008, a Cambuci iniciou internamente um importante projeto de planejamento para reposicionar a marca Penalty e, em 2011, após três anos de pesquisas e investimentos, apresentou seu novo direcionamento estratégico amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol.

Focado em uma nova e arrojada identidade visual e na reformulação completa do portfólio de produtos, o novo posicionamento tem por objetivo manter a marca Penalty como um dos maiores expoentes do esporte nacional e fortalecer a presença no mercado internacional.

Para atender uma demanda cada vez maior, a Cambuci conta com instalações em linha com padrões internacionais e mantém uma produção de materiais esportivos que são exaustivamente testados em laboratórios próprios e, principalmente, por atletas profissionais.

Tamanho cuidado garante o endosso das principais confederações e federações esportivas do mundo. Ciente também de seu papel nas sociedades onde atua, o Grupo Cambuci emprega, só no Brasil, aproximadamente 1.400 funcionários diretos, que são treinados e contam com toda assistência necessária para a melhor prática de suas funções. Como empresa cidadã, apoia diversos projetos sociais, oferecendo oportunidades às pessoas menos favorecidas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Somos uma das maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Possuímos duas marcas nacionalmente reconhecidas: "Penalty" e "Stadium", que são comercializadas no setor varejista, através de lojas próprias e atacadista, para lojas multimarcas.

Nossos negócios compreendem:

- a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie;
- b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie;
- c) comercialização interativa;
- d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros;
- e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares
- f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa.

Nossas marcas "Penalty" e "Stadium" estão associadas a produtos de alta qualidade.

Com 70 anos de experiência, desenvolvemos uma ampla linha de artigos esportivos, com foco em calçados, bolas e meias. A "Penalty", nossa marca mais estabelecida, foi fundada em 1970 pelos irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, sendo uma das marcas de produtos para a prática de futebol mais consumidas no Brasil.

Nos anos 90, a "Penalty" consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Adicionalmente, nossa marca "Stadium", fundada em 2005, assegurou a estratégia de ampliação da nossa presença no universo esportivo brasileiro, complementando nosso extenso portfólio de produtos. Seu conceito busca acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional, apresentando-se como nova opção para aquisição de produtos esportivos pelas classes "C", "D" e "E", com excelente relação custo x benefício.

Acreditamos que as linhas de produtos oferecidas por nossas marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando nossa estratégia de oferecer artigos esportivos que podem ser demandados por diversos nichos de mercado. Nossos produtos são distribuídos por meio de oito lojas próprias, localizadas nas cidades de Itajuípe e Itabuna, no Estado da Bahia, na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, nas cidades de São Roque, Piracicaba, São Miguel, Campinas e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo e lojas multimarcas no Brasil e em cerca de 14 países.

No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2021, 5,0% da nossa receita consolidada bruta de vendas de mercadorias resultaram de nossas lojas próprias e 95,0% resultaram de vendas para nossos clientes multimarcas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Possuímos operações fabris próprias com infraestrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, contamos com um complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da Bahia, com área total construída de 8.500 m², com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha, e outra unidade industrial, localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia, com área total construída de 18.500 m², onde são produzidas camisetas, calções e meias das marcas "Penalty", aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos, ainda, uma fábrica na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba.

Possuímos, ainda, dois centros de distribuição de mercadorias, que, por questões estratégicas, ficam localizados na cidade de Itajuípe (BA) e Bayeux (PB). O processo de fabricação de nossos produtos em fábricas próprias nos permite aproveitar o crescimento do segmento de artigos esportivos no País e nossas lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos nossos clientes finais, além de permitir buscar sempre as melhores práticas, adquirindo *know how* de varejo.

Com relação aos nossos canais de distribuição multimarca, nossa presença dá-se por meio de cerca de 5.500 clientes em todos os Estados do País. Por meio de nossos clientes multimarcas aumentamos nossa capilaridade, uma vez que a penetração de nossos produtos é sensivelmente aumentada, com presença em cidades de médio e pequeno portes localizadas em todos os Estados brasileiros.

As lojas multimarcas também consolidam a força de nossas marcas e aumentam a nossa relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas lojas próprias. A Companhia possui ainda filial na Argentina.

Atualmente exporta seus produtos para alguns países na América do Norte, América Latina e Europa. A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta *performance* e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os seus projetos tecnológicos e inovadores, que são condições primordiais para a Companhia prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a industrialização, comercialização, importação e exportação de artigos esportivos. O mix atual de vendas da Companhia demonstra a participação relevante nos segmentos de bolas, calçados e confecção de artigos de vestuário destinados a prática de esportes.

Adicionalmente também importamos e exportamos maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e prestamos serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Em função de suas atividades, a Companhia está organizada em unidades de negócio denominadas Unidades Estratégicas de Negócio ("UEN"). No Brasil as UENs tem responsabilidade sobre a geração de receitas em sua área de atuação, sendo a gestão administrativa, financeira e *supply* feitas de formam centralizadas para todas as UENs. No exterior, as UENs tem responsabilidade pelo resultado final de cada filial. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas ("Penalty" e "Stadium"), que são comercializadas por lojas próprias e lojas multimarcas. A Companhia divide-se em 4 UENs no Brasil, sendo a UEN Penalty responsável pelas receitas da marca "Penalty" no Brasil, a UEN Stadium, responsável pelas receitas da marca "Stadium" no Brasil, a UEN Varejo, responsável pelas lojas próprias no Brasil e a UEN Internacional, responsável pelas vendas no exterior e pelas operações de *back to back*.

No exterior temos uma UEN na Argentina. Em função da concentração das nossas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, estamos organizados em uma única atividade geradora de caixa e, portanto, em um único segmento passível de reporte.

A receita líquida da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas de vendas				
Brasil	430.166	228.493	413.439	194.645
Exterior	22.699	18.343	11.528	18.343
Latinline	-	-	526	180
Impar Sports	-	-	20.357	14.573
Penalty Argentina	-	-	68.407	50.887
	452.865	246.836	514.257	278.628
Deduções de Venda				
Tributos	(57.475)	(29.968)	(61.698)	(31.557)
Devoluções de vendas e outros	(10.026)	(6.760)	(12.155)	(6.973)
	(67.501)	(36.728)	(73.853)	(38.530)
Receita líquida de vendas	385.364	210.108	440.404	240.098

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

a) características do processo de produção

Nossos produtos são produzidos em 3 fábricas localizadas no Brasil.

Todas as nossas fábricas são dotadas de célula de manufatura, onde os empregados tem maior identidade com o processo de produção, gerando maior satisfação pessoal no desenvolvimento das atividades. Possuímos operações fabris próprias com infraestrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País.

Os aumentos de nossa produção, em todas as nossas linhas de fabricação, tem sido alcançados, mediante a realização de investimentos em novos equipamentos, com vistas à modernização da Companhia e, principalmente, ao ganho de produtividade.

Inovação e o pioneirismo são nossos pontos focais, resultando no desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, dentre elas:

- Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal, testada e aprovada por atletas profissionais, oferece conforto, leveza, durabilidade e contém tecnologias que auxiliam uma melhor performance. Além dos calçados a linha conta também com bolas, meião e acessórios.

- Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro. Linha composta por calçados, bolas, meião, e equipamentos. Destaque para a S11 Ecomnit, primeira bola de tecido reciclado de garrafa Pet aprovada pela FIFA.

- Linha SOCIETY SE7E desenvolvida pela Penalty é a escolha perfeita para os craques que prezam por qualidade em gramados artificiais. Presente com bolas e calçados, os quais tem cabedal em tecido EOS-NIT de alta performance para leveza, conforto e resistência, possui construção LOCKER, bota complemento do cabedal construída a base de elastano de alta resistência, proporcionando melhor calce, com vista lacrada que impossibilita a entrada de borrachinhas da quadra. A palmilha em PU apresenta furos estratégicos que permitem troca de calor na região plantar dos pés.

- Bola Oficial de Vôlei Pró –certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, garantindo 0% de absorção de água. Está presente também nas chuteiras da linha profissional Max e SE7E. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- EOS-NIT: tecido de alta performance que proporciona maciez, leveza e conforto. – Utilizado somente em calçados PRO/SEMI PRO.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Meião Kanguru – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.
- Tecnologia Polipró – meiões mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.
- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.
- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.
- Kick Off - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.
- Câmara 6D - Câmara de bolas com sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica.
- Câmara Airbility - Câmara de bolas feita com borracha butílica, possui sistema de balanceamento, com ótima resistência à retenção de ar.
- Duotec - Os gomos de bolas passam por uma aplicação adesiva e são costurados à mão. A ativação do adesivo em alta temperatura, faz com que a evidência das costuras seja minimizada. Menor absorção de água e maior durabilidade.
- Ultra Fusion - Tecnologia de termo fusão de bolas que elimina as costuras garantindo menor absorção de água, proporcionando melhor esfericidade e durabilidade.
- Cápsula Sis - Novo sistema de bico de bolas que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Não precisa de lubrificação e pode ser substituído.
- Aracnum – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.
- Double Action - Tecnologia presente nas bombas Penalty, que infla a bola nos dois sentidos, exigindo menos esforço. Reduz o tempo para inflar em cerca de 50%.
- Bola S11 Ecoknit – Primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica. Oferece um tecido ecológico desenvolvido a partir de fios de poliéster reciclados de garrafas PET.
- Bola Max Ecoknit – A melhor bola de futsal do mundo, agora é também a primeira feita em tecido ecológico. Construída a partir de garrafas pet recicladas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As bolas S11 Ecoknit e Max Ecoknit foram os projetos laureados na categoria produtos esportivos do iF Design Award 2020. A Penalty foi consagrada com dois produtos: S11 Ecoknit, primeira bola de futebol profissional do mundo com pegada ecológica, e Max Ecoknit, que apresenta o mesmo pioneirismo, mas para o futsal. As versões inscritas são as de 2019, sendo a S11 Ecoknit a bola oficial do Paulistão e a Max Ecoknit a bola oficial da Seleção Brasileira de Futsal da mesma temporada.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance. Exercendo função vital em potencializar, promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores. Premissas da companhia que visa prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

b) características do processo de distribuição

A distribuição de nossos produtos é realizada pelas lojas próprias e pelas lojas multimarcas, permitindo uma abrangência nacional e internacional e forte capacidade de crescimento de nossas marcas.

Atuamos no varejo, com lojas próprias segmentadas em Outlet. Utilizamos, ainda, de representantes nomeados e executivos de vendas que atuam em regiões comerciais segmentadas por tamanho de mercado e linhas de produtos, atendendo principalmente lojas especializadas, lojas de departamentos e grandes varejistas.

A distribuição física dos produtos é feita por transportadoras terceirizadas especializadas no segmento esportivo, contratadas para realizar a entrega de nossos produtos aos nossos clientes multimarcas. Cada região geográfica é atendida primariamente por uma transportadora, não dependemos de nenhuma transportadora específica e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. A contratação com as transportadoras não tem caráter de exclusividade.

O nosso modelo de fornecimento de produto engloba apenas a produção em nossas fábricas, próximas aos nossos centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados. Possuímos dois centros de distribuição de mercadorias, que ficam localizados na cidade de Itajuípe, Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, onde nossos produtos são submetidos a controle de qualidade, processamento e armazenamento até o recolhimento pelas transportadoras terceirizadas para entrega.

c) características dos mercados de atuação, indicando

i) participação em cada um dos mercados; e

Os mercados varejista e industrial de artigos esportivos brasileiro são pulverizados, sem a presença de um participante no setor com grande representatividade no mercado.

(ii) condições de competição nos mercados

O varejo de materiais esportivos mostra-se cada vez mais concentrado, grandes players centralizando suas compras, conseqüentemente construindo o cenário das marcas locais. Temos trabalhado o mercado fortemente no tocante a distribuição, positivamente e busca por novos clientes, porém, temos que saber trabalhar o mix e volume nestes clientes representativos porque eles são os que crescem ano a ano frente a canibalização de clientes pequenos regionalmente. Atualmente atuamos com 39 representantes locais e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

dependendo da região mais prepostos para que possamos chegar a lugares mais remotos e atingirmos uma grande pulverização de portas para a venda de nossos produtos. Estruturamos a área de Key account com a contratação de 4 profissionais que atendem as grandes contas, tanto do setor esportivo como uma Centauro, A Esportiva, Bayard, quanto do setor calçadista como Pontal, Besni, Di Gaspi, Di Santinni entre outros.

Por fim, o mercado mostra cada vez mais restrito no tocante a escolha/posicionamento de marcas. A dificuldade de giro e condição de cenário recessivo em algumas praças faz com que clientes não apostem mais em várias marcas, optando por aquelas que apresentam melhor oferta de produtos, maior relevância comercial e marketing e um serviço de entrega rápido repondo o estoque e cobrindo a ruptura de grades, cores e modelos. Nos encaixamos nesta conjuntura de preferência pois temos plantas fabris modernas e com agilidade de produção e entregas que satisfaz o planejamento financeiro de nossa rede de distribuição que somam mais de 10.000 CNPJs, assim como o patrocínio de grandes federações espalhadas pelo Brasil dando-nos viabilidade e criando desejo ao consumidor final. Somando a esta conjuntura, favorável a nós, tem a questão do câmbio, cujo para produtos importados os preços e os riscos aumentarão para clientes e marcas concorrentes, que dependem em grande parte de importação, nos favorecendo ainda mais no cenário competitivo. Continuamos conseguindo nos estabelecer em clientes, eliminando o interesse dos mesmos em manter marcas concorrentes como Topper ou Umbro. Em clientes onde a escolha por futebol acontece apenas por 3 marcas, sempre estamos ao lado de Nilke e Adidas.

d) eventual sazonalidade

Não há uma sazonalidade identificada em consumo, o que há é uma sazonalidade de compras criada pelo *trade*. Ele aposta o início de ano em compras de oportunidade, fora de linha, queimas de estoque, inicia sua apresentação de produtos regulares em março, segue o ano acompanhando giro e volumes e retrai suas compras em novembro, procurando atacar os estoques em dezembro, sem grandes reposições que comprometam seu fechamento\balanço, repondo apenas o essencial.

e) principais insumos e matérias primas, informando

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Temos como principais insumos e matérias primas utilizados nos processos de fabricação de nossos produtos fios têxteis; adesivos; tecidos; papel para termotransferência; transfer's; borracha natural; látex; embalagens de papel ondulado e micro ondulado.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e

O fornecimento dos insumos e matérias primas dos quais necessitamos é realizado de forma pulverizada, no entanto, momentaneamente temos uma única dependência que se refere ao papel para termotransferência, em razão de especificações técnicas diferenciadas.

(iii) eventual volatilidade em seus preços.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Dentre os principais insumos existe uma relativa volatilidade nos preços de borrachas e látex em razão da entre safra, por se tratarem de produtos naturais.

1.5 Principais clientes

1.5 – Principais clientes

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum de nossos clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total. Além disso, nenhum segmento operacional é afetado significativamente pela receita proveniente de um único cliente.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto condicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2020, em média 27% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados.

- Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental

O Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

- Reuso de água do processo de serigrafia

Nosso foco é a ecoeficiência.

Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2019, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou 160m³/mês.

- Combustível Renovável

Utilizamos ainda combustível renovável de biomassa, lenha de reflorestamentos de Algaroba (cultivada nas regiões do semiárido) e a casca do coco de dendê na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2019 foram utilizadas 1.680 toneladas (utilizamos 120 t de coquinho de dendê). Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias (Utilizamos na unidade de Itabuna 2600kg/mês), na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

Outras práticas sócio ambientais:

- Tratamento da água do lavador de gases nas unidades fabris;
- Análise do CONAMA da água da estação de tratamento de esgoto;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Monitoramento de lançamento de efluentes;
- Incineração das estopas sujas de óleo, tintas e graxas;
- Monitoramento do corpo hídrico em dois pontos, 10 metros a montante e 10 metros a jusante do ponto de lançamentos do efluente,
- Monitoramentos ambientais dos postos de trabalhos, a fim de controlar as emissões fugitivas para o meio ambiente.

Os resíduos de Classe II enviamos para uma empresa recicladora que utiliza tecnologia de coprocessamento uma técnica de destruição térmica de resíduo com recuperação energética e substituição de matéria prima no processo de produção de clínquer (cimento).

- Educação e Conscientização Ambiental

Busca incentivar alterações no estilo de vida e a mudança de comportamento individual de nossos colaboradores e comunidade, pois acreditamos que somente com esforço coletivo para reflexão e mudanças no dia-a-dia é que poderemos caminhar, de fato, rumo à sustentabilidade. No ano de 2020 a empresa promoveu a **Semana da Conscientização Ambiental**, que teve como objetivo gerar reflexão sobre o impacto ambiental, fortalecer as informações e conhecimentos sobre educação ambiental, coleta de resíduos, reciclagem do lixo e gerar debates sobre o meio ambiente a sustentabilidade.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022 nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R\$ 364.224, representando 82,7% do montante faturado no período.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia País R\$(mil) %

País	2022	%	2021	%	2020	%
Brasil	375.752	85,3%	192.519	80,2%	138.119	88,3%
Argentina	64.126	14,6%	47.399	19,7%	18.146	11,6%
Outros	526	0,1%	180	0,1%	234	0,1%
	440.404		240.098		156.499	

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R\$ 76.180 mil representando 17,3% do montante faturado no período.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não estamos sujeitos à regulação de países estrangeiros de onde obtemos receitas relevantes e que influenciem nossos negócios.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia não possui relações de longo prazo não expressamente mencionadas em outros itens deste Formulário de Referência, que julgue como importantes para a compreensão de outras atividades por ela desenvolvidas.

Informamos que a Companhia não participará do "Relate ou explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado".

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 2022 a companhia registrou adição de R\$ 25.617 milhões ao seu imobilizado e intangível em virtude principalmente do aumento da atividade operacional registrada no mesmo período. Não houve alienação de ativo relevante no período.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve em 2022 operações societárias e nem operações de aumento ou redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 – Acordos de acionistas

A Companhia não possui acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, uma vez que nem a Companhia nem suas controladas celebraram nos últimos três exercícios sociais contratos com terceiros que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta totais condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar seu plano de negócio.

Abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

	CONSOLIDADO (Em R\$ mil)						
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2022 X 31/12/2021	31/12/2021 X 31/12/2020	31/12/2020 X 31/12/2019
ATIVO	386.493	318.749	281.584	243.235	21,3%	13,2%	15,8%
Circulante	182.934	132.144	104.787	110.313	38,4%	26,1%	-5,0%
Não Circulante	203.559	186.605	176.797	132.922	9,1%	5,5%	33,0%
PASSIVO	215.378	193.767	184.579	169.261	11,2%	5,0%	9,0%
Circulante	107.745	122.492	109.740	97.967	-12,0%	11,6%	12,0%
Não Circulante	107.633	71.275	74.839	71.294	51,0%	-4,8%	5,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.115	124.982	97.005	73.974	36,9%	28,8%	31,1%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	56.743	27.592	22.027	20.212	105,7%	25,3%	9,0%
MARGEM LUCRO LÍQUIDO %	12,9%	11,5%	9,2%	9,2%			
EBITDA	99.511	43.245	21.791	45.098	130,1%	98,5%	-51,7%
MARGEM EBITDA %	22,6%	18,0%	9,1%	28,8%			

O ano de 2022 foi marcado pela forte geração de resultado operacional. A receita líquida atingiu patamar recorde para a Companhia e ambos, lucro líquido e EBITDA, apresentaram avanços superiores a 100%. O índice de liquidez corrente alcançou a razão de 1,7 e razão dívida líquida/EBITDA ficou em 0,99x.

A Administração mantém esforços contínuos na busca por geração de valor, através de crescimento de vendas, controle de custos e despesas e busca pela estrutura de capital ideal para alinhar rentabilidade e liquidez.

A Companhia possui um portfólio completo de produtos que atende a todas as classes de clientes. Os artigos embarcam tecnologia, qualidade e design. A equipe de atletas e influenciadores digitais divulgam a marca e os produtos em todas as redes sociais e em eventos esportivos.

Em 2022, nossos indicadores de receita líquida, lucro bruto, EBITDA e lucro líquido foram bastante superiores a 2021. As margens também avançaram em todos os indicadores citados. A companhia mantém um portfólio de produtos alinhado com o objetivo de gerar lucratividade superior à média de mercado.

A companhia manteve sua estratégia de crescimento aumentando sua base de clientes e vendendo mais para os clientes já atingidos. A produção local, baixa dependência de insumos importados e velocidade na entrega tem garantido, simultaneamente, ganho de preferência dos clientes e rentabilidade elevada.

Os principais indicadores do fechamento de 2022 foram:

- Recorde de Receita Líquida no 4T22 com R\$ 127,0 milhões, crescimento de 39,9% vs. 4T21. No ano, o crescimento foi de 83,4% (440,4MM em 2022 vs. 240,1MM em 2021);
- Margem Bruta de 46,2% no trimestre, +0,5p.p. vs. 4T21. Em 2022, atingimos margem de 45,0%, -1,9 p.p. vs. 2021;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- EBITDA de R\$ 24,7 milhões no trimestre vs. R\$ 16,9 milhões no 4T21, com margem de 19,4%. No ano, R\$ 99,4 milhões, com margem EBITDA avançando 4,6 p.p. (22,6% em 2022 vs. 18,0% em 2021);
- Lucro Líquido de R\$ 12,8 milhões no trimestre vs. R\$ 18,9 milhões no 4T21, redução de 32,3%. No ano, atingimos R\$ 56,7 milhões vs. R\$ 27,6 milhões em 2021, aumento de 105,4%.

O Rating Corporativo BBB+.br emitido pela Moodys's Local está em processo de revisão, a perspectiva da administração é de manutenção ou elevação da nota, dados os robustos resultados apresentados.

Estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

Apresentamos, nos últimos anos e trimestres, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

CONSOLIDADO (Em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Capital próprio (patrimônio líquido)	44,27%	39,21%	34,45%	30,41%
Capital de terceiros (passivo total - passivo circulante e não circulante)	55,73%	60,79%	65,55%	69,59%
Passivo total - passivo circulante e não circulante	215.378	193.767	184.579	169.261
Patrimônio líquido	171.115	124.982	97.005	73.974

b. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entendo que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 11.645, dos quais R\$ 39.813, ou 35,66% estão no passivo circulante e R\$ 71.832, ou 64,34% no passivo não circulante.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os prazos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A dívida líquida no final de 2022 era de R\$ 98.989. Esse valor é 0,99 vezes o EBITDA de 12 meses, contra 2,1 vezes o EBITDA de 12 meses em 2021.

c. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, tais como debêntures.

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento da Companhia apresentava a seguinte composição:

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	1,06 a 1,37 % a.m	172	28.786	172	28.786
Conta garantida - recebíveis	CDI + 0,31% a 1,41% a.m	125	30.464	125	30.464
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	40.043	24.336	40.043	24.336
Capital de giro	0,37 % a.m a 0,469 % a.m	13.189	10.461	13.189	10.461
Desenbahia - BNDES	TJLP	3.686	3.910	3.686	3.910
Leasing	1% a.m.	-	16	-	16
		57.215	97.973	57.215	97.973
Em moeda estrangeira - Peso Argentino \$					
Capital de giro	(principal e juros)	-	-	2.031	-
		-	-	2.031	-
		57.215	97.973	59.246	97.973
Passivo circulante		26.595	62.522	28.626	62.522
Passivo não circulante		30.620	35.451	30.620	35.451
Total		57.215	97.973	59.246	97.973

Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 3.686 corresponde a 37 parcelas.

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como imóveis, máquinas, equipamentos e recebíveis.

A companhia tem debêntures emitidas com vencimento em 18/02/2026 com as seguintes características:

A seguir apresentamos a composição das debêntures em 31 de dezembro de 2022:

Descrição do instrumento	Nº de Debêntures	Preço unitário	Encargos (a.a)	Vencimento	Controladora e Consolidado
					31/12/2022
2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Cambuci S.A	50.000	1	100% do CDI + Spread de 4,10%	18/02/2026	52.399
Total					52.399
Circulante					11.187
Não Circulante					41.212
Total					52.399

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	-	62.522
2023	28.626	24.509
2024	23.344	10.942
2025 em diante	7.276	-
	<u>59.246</u>	<u>97.973</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

f. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava utilizando 65%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras.

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

				Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	22 v. 21	21 v. 20
ATIVO	386.493	318.749	281.584	100,0%	100,0%	21,3%	13,2%
CIRCULANTE	182.934	132.144	104.787	47,3%	41,5%	38,4%	26,1%
Caixa e equivalentes de caixa	12.669	5.856	6.288	3,3%	1,8%	116,3%	-6,9%
Contas a receber	94.138	72.702	51.913	24,4%	22,8%	29,5%	40,0%
Estoques	53.330	29.460	30.346	13,8%	9,2%	81,0%	-2,9%
Tributos a recuperar	11.801	11.551	9.735	3,1%	3,6%	2,2%	18,7%
Despesas pagas antecipadamente	3.116	1.404	284	0,8%	0,4%	121,9%	394,4%
Demais contas a receber	7.880	11.171	6.221	2,0%	3,5%	-29,5%	79,6%
NÃO CIRCULANTE	203.559	186.605	176.797	52,7%	58,5%	9,1%	5,5%
Contas a receber	2.752	3.344	3.479	0,7%	1,0%	-17,7%	-3,9%
Depósitos judiciais	4.427	3.597	4.194	1,1%	1,1%	23,1%	-14,2%
Tributos a recuperar	37.891	46.385	46.612	9,8%	14,6%	-18,3%	-0,5%
Despesas pagas antecipadamente	155	247	308	0,0%	0,1%	-37,2%	-19,8%
Demais contas a receber	45.695	41.000	38.775	11,8%	12,9%	11,5%	5,7%
Propriedades para investimento	67.188	60.926	53.835	17,4%	19,1%	10,3%	13,2%
Outros investimentos	526	526	1.027	0,1%	0,2%	0,0%	-48,8%
Imobilizado	42.762	27.735	26.119	11,1%	8,7%	54,2%	6,2%
Intangível	2.163	2.845	2.448	0,6%	0,9%	-24,0%	16,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	22 v. 21	21 v. 20
PASSIVO	386.479	318.749	281.584	100,0%	100,0%			
CIRCULANTE	107.732	122.492	109.740	27,9%	38,4%	-12,0%	11,6%	
Fornecedores	24.128	22.072	16.737	6,2%	6,9%	9,3%	31,9%	
Empréstimos e financiamentos	28.626	62.522	39.134	7,4%	19,6%	-54,2%	59,8%	
Obrigações sociais e trabalhistas	14.849	9.633	10.375	3,8%	3,0%	54,1%	-7,2%	
Obrigações fiscais	14.224	13.412	10.749	3,7%	4,2%	6,1%	24,8%	
Demais contas a pagar	14.718	14.853	32.745	3,8%	4,7%	-0,9%	-54,6%	
NÃO CIRCULANTE	107.633	71.275	74.839	27,8%	22,4%	51,0%	-4,8%	
Empréstimos e financiamentos	30.620	35.451	32.493	7,9%	11,1%	-13,6%	9,1%	
Obrigações fiscais	23.382	24.731	26.815	6,1%	7,8%	-5,5%	-7,8%	
Provisão para contingências	9.647	6.013	5.745	2,5%	1,9%	60,4%	4,7%	
Demais contas a pagar	2.772	5.080	9.786	0,7%	1,6%	-45,4%	-48,1%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.114	124.982	97.005	44,3%	39,2%	36,9%	28,8%	
Capital social	45.937	45.937	45.701	11,9%	14,4%	0,0%	0,5%	
Reserva de capital	328	1.397	1.218	0,1%	0,4%	-76,5%	15%	
Reserva legal	5.854	3.017	1.637	1,5%	0,9%	94,0%	84,3%	
Reserva de incentivos fiscais	103.118	57.318	31.106	26,7%	18,0%	79,9%	84,3%	
Ajustes de avaliação patrimonial	19.642	19.642	19.642	5,1%	6,2%	0,0%	0,0%	
Ajustes acumulados de conversão	(7.357)	(4.834)	(2.764)	-1,9%	-1,5%	52,2%	74,9%	
Efeito da aplicação do CPC42 / IAS 29 (Hiperinflação)	4.146	2.947	803	1,1%	0,9%	40,7%	267,0%	
Participação acionistas não controladores em controladas	(553)	(442)	(338)	-0,1%	-0,1%	25,1%	30,8%	

COMPARATIVO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 E 2020

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	22 v. 21	21 v. 20
Receita operacional líquida	440.404	240.098	156.499	100,0%	100,0%	100,0%	83,4%	53,4%
Custo dos produtos vendidos	(242.305)	(127.520)	(86.072)	-55,0%	-53,1%	-55,0%	90,0%	48,2%
Lucro bruto	198.099	112.578	70.427	45,0%	46,9%	45,0%	76,0%	59,9%
Despesas com vendas	(67.100)	(40.095)	(37.189)	-15,2%	-16,7%	-23,8%	67,4%	7,8%
Despesas gerais e administrativas	(37.641)	(27.048)	(24.627)	-8,5%	-11,3%	-15,7%	39,2%	9,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.182)	(9.343)	7.247	-0,9%	-3,9%	4,6%	-55,2%	-228,9%
	(108.923)	(76.486)	(54.569)	-24,7%	-31,9%	-34,9%	42,4%	40,2%
Lucro operacional	89.176	36.092	15.858	20,2%	15,0%	10,1%	147,1%	127,6%
Despesas financeiras	(47.091)	(30.569)	(21.107)	-10,7%	-12,7%	-13,5%	54,0%	44,8%
Receitas financeiras	17.647	15.775	36.535	4,0%	6,6%	23,3%	11,9%	-56,8%
	(29.444)	(14.794)	15.428	-6,7%	-6,2%	9,9%	99,0%	-195,9%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	59.732	21.298	31.286	13,6%	8,9%	20,0%	180,5%	-31,9%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.096)	6.186	(9.276)	-0,7%	2,6%	-5,9%	-150,0%	-166,7%
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	56.636	27.484	22.010	12,9%	11,4%	14,1%	106,1%	24,9%
Atribuível aos acionistas não controladores	107	108	17	0,0%	0,0%	0,0%	-0,9%	535,3%
Lucro do exercício	56.743	27.592	22.027	12,9%	11,5%	14,1%	105,7%	25,3%

EBITDA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	22 v. 21	21 v. 20
(Prejuízo) lucro do período	56.743	27.592	22.027	12,9%	11,5%	14,1%	105,7%	25,3%
Despesas Financeiras	47.091	30.569	21.107	10,7%	12,7%	13,5%	54,0%	44,8%
Receitas Financeiras	(17.647)	(15.775)	(36.535)	-4,0%	-6,6%	-23,3%	11,9%	-56,8%
Depreciação/Amortização	10.335	7.153	5.933	2,3%	3,0%	3,8%	44,5%	20,6%
Atribuível aos acionistas não controladores	(107)	(108)	(17)	0,0%	0,0%	0,0%	-0,9%	535,3%
Imposto de renda e contribuição social do período	3.096	(6.186)	9.276	0,7%	-2,6%	5,9%	-150,0%	-166,7%
EBITDA	99.511	43.245	21.791	22,6%	18,0%	13,9%	130,1%	98,5%
% DA RECEITA LÍQUIDA	22,6%	18,0%	13,9%					

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tributos a recuperar

Durante o exercício de 2020, A companhia obteve êxito em ação judicial transitada em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.168 de PIS a recuperar e R\$ 40.122 de COFINS a recuperar, em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 30 e 31 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A Companhia tem expectativa de realização desses saldos nos próximos cinco anos contados dos trânsitos em julgado dos processos, levando em consideração suas projeções atuais. A Companhia submeteu os referidos créditos a procedimento administrativo de habilitação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o processo foi deferido em 03 de dezembro de 2020.

IFR 16 / CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a norma em 2019. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Em 2019 a Companhia utilizou abordagem retrospectiva simplificada. O efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial, sem abertura das informações comparativas.

Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo do arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos. As contraprestações de arrendamento que anteriormente (até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) eram registradas como despesas de alugueis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Considerando que a inflação acumulada nos últimos anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018.

De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2022 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2022 de 0,0304 por real.

Propriedade para investimento

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento. Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988. Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota explicativa 26 das demonstrações financeiras de 31/12/2020).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mensurou o valor justo e registrou um ganho no resultado do exercício no valor de R\$ 6.069.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	7	8	63	136
Bancos conta movimento	1.475	569	8.003	3.335
Aplicações financeiras	4.470	210	4.603	2.385
	5.952	787	12.669	5.856

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber no Brasil	101.767	70.307	102.988	70.690
Contas a receber no Exterior	1.543	2.802	5.306	19.006
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)
	95.571	64.018	96.890	76.046
Ativo Circulante	92.819	60.683	94.138	72.702
Ativo Não Circulante	2.752	3.335	2.752	3.344
Total	95.571	64.018	96.890	76.046

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber. Em 31 de dezembro de 2022 tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

O saldo por vencimento é o seguinte;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	3.734	2.246	3.844	3.893
De 31 a 120 dias	2.071	1.150	2.792	1.150
De 121 a 180 dias	363	388	1.115	418
A partir de 181 dias	9.113	8.696	11.821	11.193
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)
Total dos títulos vencidos - terceiros	7.542	3.389	8.168	3.004
Títulos a vencer - terceiros	88.029	60.629	88.722	73.042
Total da carteira de clientes - terceiros	95.571	64.018	96.890	76.046

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo da PECLD no início do exercício	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)
(Adições) / reversões do exercício	(793)	1.312	101	1.622
Baixa de títulos considerados incobráveis	2.145	1.160	2.145	1.160
Saldo da PECLD no final do exercício	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)

Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	14.693	7.812	28.122	13.037
Importação em andamento	7.535	5.795	7.535	5.795
Produtos em elaboração	1.557	1.113	1.557	1.113
Matérias-primas	15.953	7.516	16.116	9.515
	39.738	22.236	53.330	29.460

Políticas Contábeis

A Companhia adotou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados e o resumo das principais políticas estão descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, divulgado em 01 de março de 2023, na nota explicativa nº 6.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados operacional e financeiro

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais da Bahia e Paraíba, onde as fábricas estão localizadas. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2022 foi de R\$ 32.157 mil. Em 2021 foi de R\$ 17.021 mil.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2022 foi marcado por recordes na geração operacional de resultados. O resultado foi impactado positivamente pelo complemento do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme quadro abaixo.

	<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.837	3.539
(+) Complemento conforme expectativa de realização	3.840	1.390
(-) Realização dos créditos fiscais diferidos ativos	(1.142)	(416)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.535	4.513

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No acumulado do ano, o aumento da receita líquida foi de 83,4% comparado com o mesmo período do ano anterior. O resultado se deve ao conjunto de: aumento da base de clientes, reajuste de preços para neutralizar impacto inflacionário e garantir margens e maior competitividade frente aos concorrentes importadores.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação tem impacto nos negócios da Companhia, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As descrições das práticas contábeis estão contidas na nota explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, publicadas em 01/03/2022, sendo que não houve nenhuma mudança significativa. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e foram apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2022.

Não existem normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes **não contém ressalvas.**

i. **Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Administração compreende que os controles internos da companhia e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações.

ii. **ineficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que a empresa utiliza na elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeito relevantes nas DFs

2.4. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período

2.5 Medições não contábeis

2.5 - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras, da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

Exercício social encerrado em (em R\$ mil)

EBITDA CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	99.511	43.245	21.791
MARGEM EBITDA	22,6%	18,0%	13,9%

Margem calculada sobre a receita líquida

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA (em R\$ mil)

EBITDA CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	56.743	27.592	22.027
(+) Depreciações e Amortizações	10.335	7.153	5.933
(+/-) Resultado Financeiro	29.444	14.794	(15.428)
(+/-) Atribuível aos acionistas não controladores	(107)	(108)	(17)
(+/-) IR/CS	3.096	(6.186)	9.276
EBITDA	99.511	43.245	21.791

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do nosso resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes as DFs

Não há.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

a) Regras sobre retenção de lucros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 56.743.000,07 (Cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil e sete centavos).

O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.

Não houve distribuição de dividendos em função da constituição da reserva legal e constituição da reserva para incentivos fiscais.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

Os dividendos intermediários e intercalares distribuídos serão considerados como antecipação do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos foram pagos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$ 45.801.184,65 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não há.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

Não há.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

Não há.

2.10 Planos de negócios

2.10 – PLANO DE NEGÓCIOS

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia continua investindo na sua expansão internacional através de sua subsidiária na Argentina.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2022 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium. Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio.

Nossa bola ecológica Penalty S11 Ecomnit rola nos principais campeonatos e utiliza 4,5 garrafas PET recicladas em sua composição. Nossos calçados Max 1000, Max 500, Brasil 70 Locker, S11Locker e 7 Society compartilham da mesma inovação. Além disso, fomos a

primeira marca a apresentar meias fabricadas com fio reciclado de PET. Ao todo, já retiramos mais de 400 mil garrafas PET da natureza. Optamos por adquirir energia de

fontes limpas e renováveis e reprocessamos todo o EVA e a borracha dos nossos processos para garantir o menor impacto possível.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTES O DESEMPENHO OPERACIONAL

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 – Projeções divulgadas e premissas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Acompanhamento das projeções

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição – Fatores de risco

a) Com relação ao emissor

Realizamos nosso plano de investimentos levando em conta as informações históricas e tendências econômicas.

Na elaboração do nosso plano de negócios e de investimentos levamos em consideração *performance* históricas, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, tendências macroeconômicas e setoriais, entre outras fontes de informações, para que tenhamos o maior grau de assertividade e previsibilidade possível. Apesar desses cuidados, a ocorrência de fatores que estão fora de nosso controle, tais como grandes alterações nas condições macroeconômicas provenientes de graves crises, alterações significativas na demanda e na preferência dos nossos clientes, podem impactar negativamente nossos resultados operacionais.

A identidade de nossa marca é um dos fatores chave para o sucesso de nosso negócio. Essencial que possamos utilizar de forma eficaz e proteger de forma adequada qualquer uma de nossas marcas.

Como parte de nossa estratégia de crescimento e incremento de *market share*, buscamos posicionar bem nossas marcas no mercado, pois elas são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia, e além de estimularem o consumo dos nossos produtos por milhões de consumidores, no Brasil e no exterior.

As nossas marcas foram construídas ao longo dos últimos 40 anos de nossa história e são um fator determinante na conquista da fidelidade dos consumidores. Possuímos um portfólio amplo de marcas registradas e zelamos para que nossos direitos de titular das marcas sejam protegidos e respeitados por terceiros. O portfólio de nossas marcas é formado por aproximadamente 294 registros, divididos entre o Brasil e o exterior, em mais de 77 países. Desse universo, a marca mais importante para nós é a "Penalty".

A proteção inadequada de nossos direitos de propriedade intelectual pode ter efeito relevante e adverso sobre nós.

Por ser um ativo de alto valor, nossos direitos de propriedade intelectual referentes às nossas marcas e ao *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. Não estamos imunes a produtos falsificados, contrabandeados, "pirateados" e produtos que infringem nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados.

A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso para nós, como atingir a integridade de nossas marcas pela sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro e pedidos de registro de todas as nossas marcas e patentes no Brasil e de nossas principais marcas no exterior, não podemos assegurar que quaisquer terceiros não alegarão que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Neste caso, podemos vir a ficar impedidos de utilizar determinada marca, o que, conseqüentemente, poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos assegurar que nossas novas tecnologias, patentes, objetos de design e marcas que venhamos a desenvolver serão levados a registro nos órgãos de propriedade industrial competentes antes que terceiros o façam.

É essencial que possamos responder de forma eficiente às mudanças nas tendências de artigos esportivos e preferências de nossos clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Atuamos há mais de 40 anos no mercado de artigos esportivos e competimos com diversas outras marcas e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, calçados, confecção e acessórios em relação a preço, qualidade, estilo e promoções.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e satisfação dos clientes estejam entre os pontos mais desafiadores de nosso negócio. As preferências dos consumidores e a tendência de artigos esportivos são voláteis.

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, bem como às preferências de nossos clientes. Se por algum fator alheio ao nosso controle não formos capazes de adequar nossos produtos aos gostos dos clientes, poderemos aumentar nossos níveis de estoque e não vender nossos produtos no momento e no volume planejado.

Dependemos de dois centros de distribuição para distribuir nossos produtos.

Possuímos apenas dois centros de distribuição no Brasil, sendo um na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, e o outro na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia.

Muito embora tenhamos Planos de Contingências para mitigar riscos no fluxo de suprimentos, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das referidas cidades ou em sua operação, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais, afetando os nossos resultados operacionais. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese de ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Além disso, nas apólices de seguro da Companhia não há cobertura de lucros cessantes.

Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais.

Dependemos da obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros para operação do nosso negócio.

A fábrica, centros de distribuição e outros imóveis que ocupamos ou podemos vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e autorizações do corpo de bombeiros. Em relação às fábricas, é exigível, adicionalmente, a obtenção de licenças ambientais cabíveis ou respectiva dispensa de licenciamento ambiental. Apesar de mantermos um rígido controle nos atendimentos aos requisitos necessários à renovação e obtenção de todas as licenças necessárias à operação do nosso negócio, não podemos assegurar que, por motivos alheios a nossa vontade, obteremos essas licenças em prazos adequados.

A falta de uma destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A eventual imposição destas penalidades, em especial o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Nossos incentivos fiscais podem não ser renovados quando do seu vencimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Somos titulares de alguns incentivos fiscais federais e estaduais relacionados ao Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos exercícios de 2019 a 2021, parte substancial de nosso resultado são desses incentivos fiscais. Os incentivos têm prazos finitos e podem não ser renovados quando do seu vencimento, o que causará um efeito relevante e adverso sobre os nossos resultados.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais. Também não podemos assegurar que continuaremos a obter novas subvenções para investimento depois de expirado os prazos de recebimento das atuais e, se conseguirmos, não podemos assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente somos titulares. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos, será necessário que promovamos adequações operacionais para que nossos resultados não sofram efeito adverso relevante.

Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra os Estados da Bahia e Paraíba questionando a constitucionalidade de leis que instituíram incentivos fiscais por nós usufruídos. Caso o Supremo Tribunal Federal julgue referidas ações procedentes podemos perder as subvenções decorrentes destes incentivos.

Alterações na legislação tributária ou trabalhista, ou na interpretação de tais leis e normas, podem ter um efeito adverso relevante para nós.

O Governo Federal ocasionalmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação, que podem afetar as nossas operações e de outros participantes dos nossos mercados de atuação. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não podem ser quantificados.

Além disso, pode haver alterações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista pelo poder judiciário que altere os custos trabalhistas e encargos relacionados a que estamos sujeitos. Não podemos assegurar que eventuais reformas tributárias ou trabalhistas, ou alterações na interpretação das leis tributárias ou trabalhistas vigentes não ocorrerão. Uma mudança dessa natureza poderá afetar as empresas de forma geral ou de segmentos específicos. Se isso ocorrer com empresas do seguimento que atuamos, isso poderá afetar nossas despesas com tributos ou nossos custos trabalhistas e encargos relacionados, com conseqüente efeito adverso e talvez relevante nos nossos resultados.

b) Com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Não há fatores de risco relacionados a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

c) Com relação aos nossos acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos nossos acionistas.

d) Com relação a nossas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

e) Com relação a nossos fornecedores

É essencial que consigamos adquirir matéria-prima, para que nossa produção e nossas vendas não sejam afetadas de maneira negativa e nosso resultado não seja prejudicado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Possuímos uma ampla gama de fornecedores no Brasil e no exterior e não concentramos nossas necessidades de produção ou comercialização em fornecedores específicos. Além disso, estabelecemos um alto grau de parceria com esses fornecedores e baseamos nossas negociações em um planejamento de compras.

O preço de nossas matérias-primas pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, látex, fios de algodão, laminados de PVC e PU, EVA, e tecidos de poliéster, que representam uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. A borracha natural e o algodão são commodities, enquanto que as demais matérias-primas contêm em sua composição derivados de commodities como resinas de PVC, óleos plastificantes e alguns tipos de aditivos, portanto, seus valores também são estabelecidos de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Mesmo no caso de contratos firmados com fornecedores, buscando certa estabilidade de suprimento e custos para essas matérias-primas, as negociações contratuais podem sofrer influência de flutuações nas cotações destas commodities, sobre as quais não temos controle. Caso ocorra uma variação significativa, brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Estamos expostos à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos e dos insumos das nossas fábricas.

Nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, alguns sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Adicionalmente, aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos poderão vir a diminuir nossa margem de lucro.

f. com relação aos nossos clientes

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Somos uma companhia que atua no setor varejista do Brasil e realizamos vendas a prazo de nossos produtos por clientes dos seguintes canais: atacado, distribuidores regionais, varejo de calçados multimarca e especializado em artigos esportivos e supermercados e hipermercados. Embora, não possuamos alta concentração de clientes, isto é nenhum de nossos clientes possui vendas representando mais de 10% (dez por cento) do nosso total de vendas, bem como adotamos rígidos processos de análise de crédito e cobranças, estamos expostos a riscos, ainda que pequenos, relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso em nossos negócios.

Nosso negócio também poderá sofrer efeito adverso caso a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações, com relação a eventual crédito concedido, seja reduzida.

g) com relação ao setor de atuação

4.1 Descrição dos fatores de risco

O setor de varejo de artigos esportivos no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.

A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias e novos concorrentes, pelo número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. Temos concorrentes nacionais e internacionais.

O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista é sensível a períodos de aquecimento e resfriamento econômico geral que levaram a aumentos e quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

h) com relação à regulação do setor de atuação

Não estamos expostos a riscos decorrentes da regulação do setor em que atuamos.

Proteção do mercado brasileiro

Em razão do forte crescimento das importações os governos de Brasil e da Argentina adotaram medidas "antidumping" aos calçados provenientes da China, impondo sobretaxa que elevou seu custo de importação. Novas barreiras de importação, ou a ampliação das atuais, dependendo de sua dimensão, podem afetar as nossas estratégias de "sourcing".

i) com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Internacional

Nossa operação em países estrangeiros nos expõe aos riscos especificados nos itens acima, podemos ser adversamente afetados por variações em sua economia, instabilidade política e medidas governamentais relacionadas à economia.

Enfrentamos diversos riscos relacionados aos negócios em mercados internacionais em que atuamos, dentre os quais se destacam principalmente:

- (i) interferência de governos locais em políticas econômicas;
 - (ii) liberação de licenças para a importação de mercadorias;
 - (iii) instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
 - (iv) deterioração de condições econômicas;
 - (v) inflação e taxa de juros;
 - (vi) controle de câmbio e restrições de remessa ao exterior;
 - (vii) política fiscal e regime tributário;
 - (viii) liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos; e
 - (ix) outros aspectos políticos, sociais e econômicos que afetem os mercados em que atuamos.
- A ocorrência de quaisquer dos fatores de risco acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito adverso para nós.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. Conjuntura Econômica
2. Imagem de Marca
3. Incentivos Fiscais
4. Mudanças na Legislação
5. Inadimplência

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3– Descrição dos principais riscos de mercado

Analizamos constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta, mediante monitoramento das mudanças a que nossas atividades estão sujeitas. Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.2 acima.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos não sigilosos relevantes

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossas atividades, cuja provisão para contingência encontra-se no quadro abaixo:

Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	3.279	(814)	2.465	2.284	(783)	1.501
Fiscais	5.422	-	5.422	2.998	-	2.998
Tributárias	100	-	100	64	-	64
Cíveis	846	-	846	667	-	667
	9.647	(814)	8.833	6.013	(783)	5.230

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora/Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	2.284	2.998	667	64	6.013
(-) Pagamento/Reversão	(2.155)	-	(743)	-	(2.898)
(+) Provisão	3.150	2.424	922	36	6.532
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3.279	5.422	846	100	9.647

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2024 e 2025.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. O montante dos processos, cujos riscos foram avaliados como possíveis, corresponde a R\$ 64.378 (R\$ 66.652 em 31.12.2021), dentre os quais destacamos:

(i) Ações cíveis, no montante de R\$ 286, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.

(ii) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 23.297. A Administração acredita que possui bons argumentos de defesa para contrapor os autos movidos pela Receita Estadual.

(iii) Autos de infração movidos pela Receita Federal do Brasil, destinados à cobrança de débitos de IR, CSLL, operações de crédito e outros, no valor de R\$ 30.960. Os assessores jurídicos da Companhia acreditam que possuem bons argumentos para contrapor os autos movidos pela Receita Federal.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossas atividades, cuja provisão para contingência encontra-se no quadro abaixo:

Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	3.279	(814)	2.465	2.284	(783)	1.501
Fiscais	5.422	-	5.422	2.998	-	2.998
Tributárias	100	-	100	64	-	64
Cíveis	846	-	846	667	-	667
	9.647	(814)	8.833	6.013	(783)	5.230

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora/Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	2.284	2.998	667	64	6.013
(-) Pagamento/Reversão	(2.155)	-	(743)	-	(2.898)
(+) Provisão	3.150	2.424	922	36	6.532
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3.279	5.422	846	100	9.647

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2024 e 2025.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes

Não há perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Gerenciamento de Riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 28.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos:

- (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas,
- (ii) (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

	RS	Cenário provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
		Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	(Perda) / Ganho	Taxa (+50%)	(Perda) / Ganho
CDI	(92.567)	13,30%	16,63%	(3.078)	19,95%	(6.156)
TJLP	(3.686)	7,37%	9,21%	(68)	11,06%	(136)
Fornecedor - Dólar	(90)	5,4000	6,7500	(22)	8,1000	(45)
Clientes e Partes Relacionadas - Dólar	6.896	5,4000	6,7500	1.724	8,1000	3.448
	<u>(89.447)</u>			<u>(1.444)</u>		<u>(2.889)</u>

Cenário adverso possível (a) Cenário adverso remoto (b)

- i. O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- ii. O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Classificação por categoria	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Custo Amortizado	1.482	577	8.066	3.471
		1.482	577	8.066	3.471
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	4.470	210	4.603	2.385
		4.470	210	4.603	2.385
Contas a receber clientes	Custo Amortizado	95.571	64.018	96.890	76.046
		95.571	64.018	96.890	76.046
Partes relacionadas					
Ativos	Custo Amortizado	81.256	79.156	-	-
Passivos	Custo Amortizado	(7.690)	(5.172)	-	-
		73.566	73.984	-	-
Fornecedores	Custo Amortizado	22.610	17.503	24.128	22.072
		22.610	17.503	24.128	22.072
Empréstimos e financiamentos					
Moeda Nacional	Custo Amortizado	57.215	97.973	57.215	97.973
Moeda Estrangeira	Custo Amortizado	-	-	2.031	-
		57.215	97.973	59.246	97.973
Debêntures	Custo Amortizado	52.399	-	52.399	-
		52.399	-	52.399	-

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

c.1. Contas a receber de clientes

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior.

Em 31 de dezembro 2022, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2021.

c.2. Indicadores de inadimplência

Valores em R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Faturamento Bruto	246.836	246.836	278.628	278.628
Títulos vencidos	11.547	10.234	15.728	12.761
	4,7%	4,1%	5,6%	4,6%

(i) *Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.*

(ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Circulante					
Fornecedores	24.128	-	-	-	24.128
Empréstimos e financiamentos	28.626	23.344	6.688	588	59.246
Debêntures	11.187	3.912	37.300	-	52.399
	63.941	27.256	43.988	588	135.773

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

A Administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios internos, sem identificação de deficiências significativas.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria de Relações com Investidores – principal área responsável pelas Demonstrações Financeiras conta com o suporte da Gerência de contabilidade para elaboração, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de contabilidade é responsável pela revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos de controles internos e/ou deficiências no exercício é reportado por meio de relatório ao Diretor Presidente e ao Presidente do Conselho de Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas periodicamente pelos Diretores. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção de ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de determinar a natureza,

5.2 Descrição dos controles internos

oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, auditados pelos nossos auditores externos, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 emitida por nossos auditores externos, não apresentam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

De acordo com a avaliação da administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras e estão sendo adotadas medidas para implementar tais recomendações.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O respeito às leis locais é uma obrigação irrevogável de todos os que trabalham na e para a Companhia.

A estrutura de governança corporativa da Companhia consiste numa aplicação de práticas para a administração da empresa, decorrentes de relacionamentos que expressem elevado padrão ético e moral.

A Companhia possui um código de ética para todos os gestores, colaboradores, fornecedores e parceiros que norteiam seu comportamento.

- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

As diretrizes estabelecidas pelo código de ética serão supervisionadas por um comitê composto por, no mínimo, três membros, sendo um da diretoria, um do RH e um do Jurídico, que são indicados pelo Diretor Presidente. Cabe a esse comitê analisar as questões divergentes e/ou cujas diretrizes não estiverem previstas no código, bem como parecer e recomendar ações e decisões nos casos que envolvam essa matéria.

- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O comitê é indicação do Diretor Presidente para aprovação formal do Conselho de Administração.

- iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A companhia possui código de ética com o compromisso assinado para todos os colaboradores, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração.

5.3 Programa de integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Abrange os membros dos conselhos de administração, fiscal, das diretorias executivas, os empregados, trainees, estagiários e prestadores de serviços individuais da Companhia, sociedades controladas, coligadas e associadas e sob o mesmo controle, direta ou indiretamente.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Anualmente há um evento para difundir o código de ética

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O descumprimento implica na adoção de medidas disciplinares, segundo a legislação e as normas da Companhia

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Aprovação pelo Conselho de Administração em Junho de 2012. Para informações adicionais na intranet www.cambuci.com.br/intranet ou na internet www.cambuci.com.br/investidores

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Interno

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Recebe denúncias de terceiros

5.3 Programa de integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Cabe ao comitê analisar as questões éticas

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

N/A

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido” (NR)**

N/A

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas

A Companhia não teve alterações significativas nos principais riscos a que está exposta ou na política de riscos adotada durante o último exercício social. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 19/05/2023

305.707	0,723	0	0,000	305.707	0,723
---------	-------	---	-------	---------	-------

BRZ Small Cap Fi de ações

10.765.194/0001-70	Brasil	Não	Não	31/12/2016	
Não					
864.100	2,044	0	0,000	864.100	2,044

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04	Brasil	Não	Sim	19/05/2023	
Não					
8.929.290	21,122	0	0,000	8.929.290	21,122

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Juliana Vizintas Estefano						
264.863.998-56	Brasil	Não	Não	19/05/2023		
Não						
777.510	1,839	0	0,000	777.510	1,839	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARA ELIANA CARLETTI ESTEFANO						
405.312.798-04	Brasil	Não	Não	19/05/2023		
Não						
804.330	1,903	0	0,000	804.330	1,903	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA APARECIDA C ESTEFANO						
260.658.408-23	Brasil	Não	Não	31/12/2022		
Não						
812.695	1,922	0	0,000	812.695	1,922	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
12.946.001	30,623	0	0,000	12.946.001	30,623	
RIVALE REPRESENTAÇÕES						
56.126.105/0001-46	Brasil	Não	Não	21/03/2012		
Não						
4.228.000	10,001	0	0,000	4.228.000	10,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO ESTEFANO						
067.524.468-49	Brasil	Não	Sim	19/05/2023		
Não						
10.980.407	25,974	0	0,000	10.980.407	25,974	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SUELI VIZINTAS ESTEFANO						
536.017.428-53	Brasil	Não	Não	19/05/2023		
Não						
1.627.040	3,849	0	0,000	1.627.040	3,849	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TOTAL						
42.275.080	100,000	0	0,000	42.275.080	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	3.569
Quantidade acionistas pessoa jurídica	30
Quantidade investidores institucionais	27

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	16.126.963	38,148%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	16.126.963	38,148%

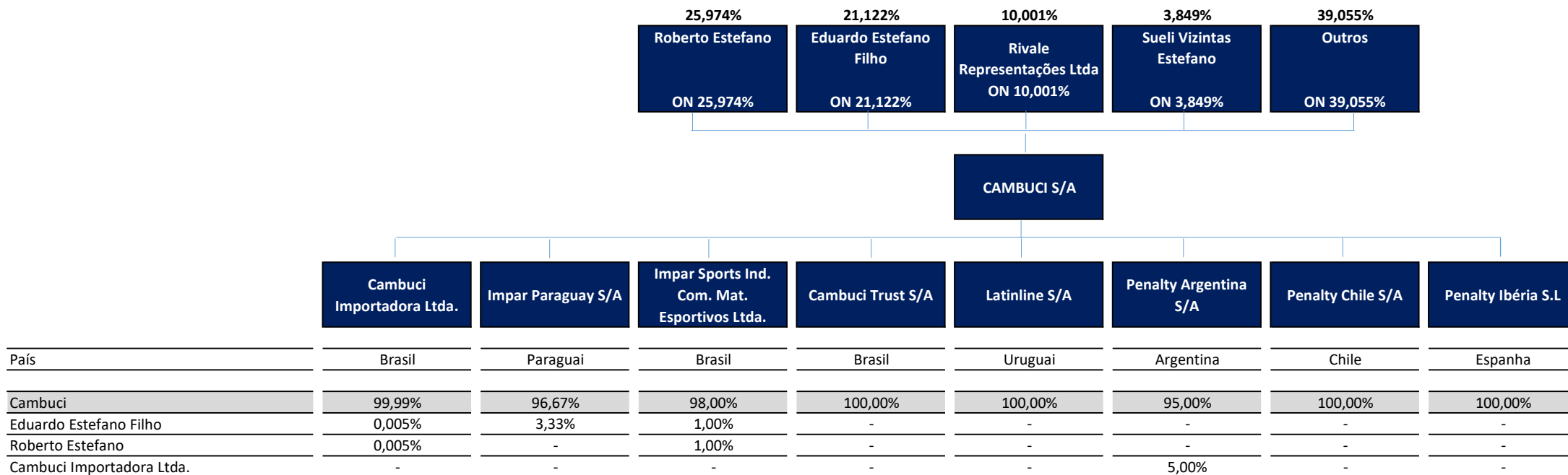
Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52	99,990000
Cambuci Trust	02.955.811/0001-71	100,000000
IMPAR PARAGUAY	00.000.000/0000-00	96,700000
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77	98,000000
LATINLINE TRADE S/A	00.000.000/0000-00	100,000000
PENALTY ARGENTINA	00.000.000/0000-00	95,000000
PENALTY CHILE	00.000.000/0000-00	100,000000
PENATLY IBERIA L.C	00.000.000/0000-00	100,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



EMPRESA	ATIVIDADES
CAMBUCI S/A	Industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral e participação em outras Companhias
CAMBUCI IMPORTADORA LTDA	Importações de produtos para industrialização
IMPAR PARAGUAY S/A	Produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos
IMPAR SPORTS LTDA	Comercialização no atacado e varejo de artigos de vestuários e complementos
CAMBUCI TRUST S/A	Compra, venda e locação de imóveis próprios e participação societária em outras empresas
LATINLINE S/A	Desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático através de cobrança de royalties
PENALTY ARGENTINA S/A	Comercialização, importação e exportação de artigos esportivos
PENALTY CHILE S/A	Comercialização, importação e exportação de artigos esportivos
PENALTY IBÉRIA S/A	Comercialização, importação e exportação de artigos esportivos

6.6 Outras informações relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros tecnicamente qualificados, com experiência. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas. Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado em 2022.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice-presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;
- b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;
- c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;

- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;
- l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;
- m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;
- n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou colocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;
- t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

Conselho Fiscal

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes conferidos pela legislação.

Nosso Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nosso Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa que elabora seus pareceres com base nos relatórios da auditoria independente da Companhia. O Conselho Fiscal ainda, apresenta documentos e pareceres à Assembleia Geral para subsidiar a aprovação das diversas matérias pelos acionistas da Companhia.

Diretoria

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, que recebem as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente; e; (b) 1(um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, todos com mandato unificado de 1 (um) ano.

Os cargos da Diretoria poderão, ou não, ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da Companhia, respeitado o número mínimo previsto em nosso Estatuto Social. Compete à Diretoria a direção dos negócios sociais em geral e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Compete, ainda, à Diretoria:

- a) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste Estatuto;
- c) constituir em nome da Companhia procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar "Warrants", conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias; e
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês;

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e não possuímos comitês estatutários instalados.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê;

Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;

As atribuições dos nossos Diretores estão definidas no nosso Estatuto Social como segue:

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

- (a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias;
- (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) manter a permanente coordenação entre a

Diretoria e o Conselho de Administração.

Diretores Executivos Adjuntos:

Compete aos Diretores Executivos Adjuntos:

- (a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade;
- (b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos; e
- (c) colaborar com o Diretor Presidente no exercício de suas funções.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

O Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva, inclusive do executivo principal, na qual são analisados aspectos como qualidade da gestão, liderança, posicionamento da empresa e outros.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 12	0	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 12	2	10	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 - Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros tecnicamente qualificados, com experiência. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas. Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado em 2022.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice-presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;
- b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;
- c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;

- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;
- l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;
- m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;
- n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;
- t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;
- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Alexandre Schuler **CPF:** 425.103.330-20 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação acadêmica: Administração de empresas – FACCAT
Larga experiência em processos industriais e métodos para resultado, com 31 anos de carreira vivenciando empresas com foco produtivo, como por exemplo: Calçados Azaléia S/A. Com especialização na área de gestão de produção e área financeira.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	12/04/2023	01 (um) ano	10 - Diretor Presidente / Superintendente	12/04/2023	Sim	

Nome: ANTONIO CARLOS BONINI SANTOS PINTO **CPF:** 026.230.088-50 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação Acadêmica : Ciências Contábeis e Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP
Experiência Profissional : Iniciou sua carreira em 1979 na Directa Auditores, empresa de prestação de serviços de auditoria externa, como estagiário da área de auditoria e tornou-se um de seus sócios. Atualmente atua como consultor de empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

Nome: CLOVIS AILTON MADEIRA **CPF:** 253.599.328-72 **Profissão:** Administrador e Contador **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Sócio Diretor da Directa Auditores. Presidente do Instituto Cacau show e consultor de empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/04/2023	1 (um) ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

Nome: Eduardo Estefano Filho **CPF:** 067.527.138-04 **Profissão:** Engenheiro Textil **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial Textil pela FEI, Pós Graduação em Administração pela GV.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor Superintendente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da AISAM – Associação das Indústrias de São Roque, Araçariquama, Alumínio e Mairinque.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2023	1 ano	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/04/2023	Sim	

Nome: Emerson Tsuneji Shiromaru **CPF:** 142.459.198-84 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação acadêmica: Administração de empresas – FEEVALE e Engenharia e Modelagem de calçados – Instituto Japonês de Calçados / Tóquio-Japão
Experiência profissional: Experiência de 25 anos em empresas nacionais e internacionais no seguimento calçadista. Carreira desenvolvida nas áreas de desenvolvimento de materiais e produto, industrial e comercial, procurement e sourcing nas empresas: São Paulo Alpargatas S/A, Calçados Azaleia S/A, Toray Ecsaine Co. Ltda, Duksung Chemical Co. Ltd, Kanebo Co. Ltd, TNK Importadora e Exportadora Ltda, Shion Trading Co. Ltd, Lipa Shoes Co. Ltd., Shin-Niko Co. Ltd e Profile Internacional Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	12/04/2023	01 (um) ano	19 - Outros Diretores	12/04/2023	Sim	

Nome: José Roberto Pereira Rios **CPF:** 555.992.578-00 **Profissão:** Administrador e Contador **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/04/2023	1 (Um) ano	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

Nome: Manuel Roberto Bravo Caldeira **CPF:** 029.428.328-51 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação acadêmica: Administração de Empresas pela FGV.
Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, na função de gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200 milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos. Atualmente é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. e membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2023	1 ano	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

Nome: Mário Alberto de Lima Reis Coutinho **CPF:** 491.893.018-20 **Profissão:** Engenheiro Textil **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial Mecânico Textil - Fac Engenharia Industrial - FEI - Engo Segurança do Trabalho - Fac Saúde Pública - USP

Experiência Profissional : Cia. Brasileira de Fiação (Grupo Giorgi) - Engenheiro de Produção, Textita - Cia Textil Tangará (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Sperm do Nordeste (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Grupo Giorgi - Diretor de Compras Algodão, Metasul Corretora de Mercadorias - Procurador e Corretor de Algodão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

Nome: ROBERTO ESTEFANO **CPF:** 067.524.468-49 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Formação acadêmica: Administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas e Especialização em Marketing - Fundação Getulio Vargas
Experiência profissional: iniciou as atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou cargo de Diretor Presidente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é Diretor de relações com Investidores da Cambuci. Membro da Abriesp - Associação Brasileira da Indústria do Esporte. Foi presidente da ABIAE - Associação Brasileira de Indústrias de Artigos de Esporte. Foi membro da MOVE - Associação Brasileira de Artigos Esportivos e Board da World Federation of the Sporting Goods Industry.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/04/2023	1 (um) ano	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	12/04/2023	Sim	

Nome: Roberto Massayuki Hara **CPF:** 860.121.858-04 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Colaborador do Moinho Pacífico por 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacífico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as tradings Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade. Atualmente está na Bunge Alimentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/04/2023	1 ano	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

Nome: Sergio Renato Escatolin **CPF:** 183.679.998-51 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:**

Experiência Profissional: Autuou como administrador financeiro por 15 anos no Moinho Pacifico no segmento alimentício, com experiência em tesouraria e cambio, sendo responsável pelas aplicações financeiras do Grupo Pacifico. Colabora no “family office” respondendo pela gerencia administrativa e financeira da Rivale Representações Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração -----	Data da Eleição -----	Prazo do mandato -----	Cargo eletivo ocupado -----	Data de posse -----	Foi eleito pelo controlador -----	Data de início do primeiro mandato -----
Conselho Fiscal	12/04/2023	1 (um) ano	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	12/04/2023	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ROBERTO ESTEFANO	067.524.468-49	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	
Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação Com Investidores	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ERA SPORTS LTDA.

00.011.241/0001-36

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Impar Sports Ltda.

04.504.429/0001-77

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Cambuci Importadora Ltda.

00.734.109/0001-52

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Cambuci S/A Conselho de Administração	61.088.894/0001-08		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Impar Paraguay S/A. Administrador	61.088.894/0008-84		
Observação			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
ERA SPORTS LTDA. Administrador	00.011.241/0001-36		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Cambuci S/A	61.088.894/0001-08		
Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Impar Paraguay S/A.	61.088.894/0008-84		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador			
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos/seguros de administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos nossos executivos objetiva atrair e reter qualificados profissionais de mercado, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

A Companhia acredita que uma administração profissional composta por executivos de alto nível traz um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nossa Companhia tem por política remunerar os membros do Conselho de Administração com honorários fixos. Em razão da situação financeira da Companhia, os membros do Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 e 2021 e 2022.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária contam com uma remuneração fixa e uma remuneração variável, além dos benefícios indiretos. A remuneração variável corresponde a bônus anual.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso Conselho Fiscal recebem unicamente a título de honorários uma quantia fixa mensal mínima correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos diretores estatutários.

Comitês

NA.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria Estatutária

8.1 Política ou prática de remuneração

75% (setenta e cinco por cento) da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte por cento) ao bônus anual e 5% (cinco por cento) corresponde aos benefícios indiretos.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos e mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Diretoria Estatutária

Com relação à remuneração da Diretoria Estatutária, a Companhia utiliza os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de performance individuais, para correção salarial e de benefícios.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para os membros efetivos do Conselho de Administração o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos no §3º do art. 162 da Lei n.º 6.404/76.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, permite a retenção de profissionais qualificados interessados no aumento da lucratividade da Companhia. A remuneração variável da Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários – bônus – está vinculada aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia, e indicadores de performance coletiva e individual

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

8.1 Política ou prática de remuneração

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de performance coletiva e individual que servem de base para fins de pagamento da remuneração variável dos Diretores Executivos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Através dos indicadores de desempenho financeiro e de performance coletivo e individual a política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre as partes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa, variável e benefícios indiretos dos Diretores Estatutários da Companhia é integralmente paga pela Companhia.

Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

NA.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.779.324,00	275.165,33	4.054.489,33
Benefícios direto e indireto	0,00	911.842,55	2.194,92	914.037,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	4.691.166,55	277.360,25	4.968.526,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.632.673,81	223.280,60	3.855.954,41
Benefícios direto e indireto	0,00	783.847,27	2.194,92	786.042,19
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	4.416.521,08	225.475,52	4.641.996,60

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.037.044,20	187.307,67	4.224.351,87
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	4.037.044,20	187.307,67	4.224.351,87

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.841.888,93	183.779,76	3.025.668,69
Benefícios direto e indireto	0,00	565.734,95	4.019,53	569.754,48
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	3.407.623,88	187.799,29	3.595.423,17

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,00		3,00
N° de membros remunerados		3,00		3,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		314943,67		314.943,67
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1669201,44		1.669.201,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1435513,23		1.435.513,23
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,00		3,00
N° de membros remunerados		3,00		3,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		318870,01		318.870,01
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1594350,03		1.594.350,03
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		956610,02		956.610,02
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1321329,17		1.321.329,17
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,00		3,00
N° de membros remunerados		3,00		3,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		283520,58		283.520,58
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1417602,91		1.417.602,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		850561,75		850.561,75
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		279598,11		279.598,11
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1397990,55		1.397.990,55
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		838794,33		838.794,33
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações NA.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00		
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00		
Exercidas durante o exercício social	0,00		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00		
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00		
Exercidas durante o exercício social	0,00		

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00		
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00		
Exercidas durante o exercício social	0,00		

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00		
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00		
Exercidas durante o exercício social	0,00		

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes.

O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano.

Com o propósito de satisfazer o período de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do período das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos após sua aquisição.

A composição do plano de opções na data base de 31 de março de 2023, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Plano de outorga de opções	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	30.000	496.000
Quantidade de opções exercidas	(265.000)	(30.000)	-
Período de carência para exercício (<i>vesting</i>)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	18

(i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção.

Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 553.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores a data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses, 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos.

A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de março de 2023: R\$ 6,00

Correção do preço da opção: IPCA

Volatilidade: 49,51%

Taxa de desconto livre de risco: 3%

O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Reservas de plano de opções de ações”, no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do período, durante o período em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito.

O impacto contábil registrado na conta de resultado no trimestre findo em 31 de março de 2023 foi de R\$ 175.

Em 2022, conforme ata de reunião do conselho de administração, foi aprovada a criação de programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, tendo como finalidade atender ao programa de opção de compra de ações (stock options) da Companhia.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em aberto

A composição do plano de opções na data base de 31 de março de 2023, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

Plano de outorga de opções	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	30.000	496.000
Quantidade de opções exercidas	(265.000)	(30.000)	-
Período de carência para exercício (<i>vesting</i>)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	18

- (i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Não houve opções exercidas e ações entregues

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
N° de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
N° de ações	3		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
N° de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
N° de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Precificação das ações/opções

A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de março de 2023: R\$ 6,00

Correção do preço da opção: IPCA

Volatilidade: 49,51%

Taxa de desconto livre de risco: 3%

O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Reservas de plano de opções de ações”, no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do período, durante o período em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Participações detidas por órgão

Não aplicável.

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência

Não aplicável.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	900.694,52	971.987,88	48.200,00	48.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	422.335,31	406.098,00	45.448,50	45.259,92
Valor médio da remuneraçãoReal	567.041,17	559.196,22	46.136,38	45.944,94

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho Fiscal

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Remuneração - Outras funções

Não aplicável.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/04/2015	01/04/2015		
Descrição dos serviços prestados			
A KPMG Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir do primeiro ITR 2015			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A KPMG Auditores Independentes recebera uma remuneracao 225.000 (Duzentos e vinte e cinco reais) liquido de tributos			
Justificativa da substituição			
A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por termino do contrato de prestação de serviços entre as partes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
n/a			

Código CVM do Auditor	010880		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
SAX AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES - ME	Juridica	09.253.880/0001-82	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
09/05/2016	09/05/2016		
Descrição dos serviços prestados			
A Sax Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatóriosobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, com início no ITR de 31/03/2016.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A Sax Auditores Independentes recebera uma remuneração 228.000 (Duzentos e vinte e oito mil reais) liquido de tributos para os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2019			
Justificativa da substituição			
A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores Independentes a cada 5 anos, e contou com a anuência da SAX Auditores Independentes S.S.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
n/a			

Código CVM do Auditor	011320	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
GF AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	10.448.113/0001-08
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
13/04/2020	13/04/2020	
Descrição dos serviços prestados		
<p>A GF Auditores Independentes foi cotnratada para realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financieras Individuais e Consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os trabalhos da GF Auditores Independentes terão início com a revisão das informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2022.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
<p>A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 será de R\$ 236.400,00 para prestação de serviços de auditoria</p> <p>A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 será de R\$ 250.584,00 para prestação de serviços de auditoria</p>		
Justificativa da substituição		
<p>A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores Independentes a cada 5 anos, e contou com a anuência da GF Auditores Independentes</p>		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
na		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

Nossos auditores são independentes e não há qualquer interferência da administração nas opiniões emitidas.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

Foram contratados para realizar auditoria e emitir os relatórios sobre as demonstrações financeiras da subsidiária Penalty Argentina S.A., a PKF Audisur. Os trabalhos de revisão foram realizados trimestralmente para o exercício de 2022 e para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	31	118	0	0	0
Não-liderança	1177	1785	0	0	0
TOTAL = 3.111	1208	1903	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	1	83	15	49	1	0	0
Não-liderança	5	1653	287	997	16	0	4
TOTAL = 3.111	6	1736	302	1046	17	0	4

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	14	102	33
Não-liderança	1718	1140	104
TOTAL = 3.111	1732	1242	137

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	99	0	50	0	0
Não-liderança	0	2879	0	83	0	0
TOTAL = 3.111	0	2978	0	133	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	1163	1815	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	45	88	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.111	1208	1903	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	5	1668	288	1001	12	0	4
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	68	14	45	5	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.111	6	1736	302	1046	17	0	4

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	1703	1171	104
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	29	71	33
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 3.111	1732	1242	137

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Descrição dos Recursos Humanos

Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso quadro de colaboradores era composto por:

Funções	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Direta (Operacional)	2348	1879	701	974	1.145	1534
Administrativo (Excluindo Conselho / Estagiários)	725	470	371	390	433	546
Gerencial	38	36	12	23	33	31
Total	3111	2385	1084	1.387	1.611	2.111

A tabela abaixo apresenta nosso quadro de colaboradores por localização geográfica de nossos complexos industriais, nos períodos indicados:

Regiões	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Paraíba	1368	968	478	668	712	822
Bahia	1610	1277	518	598	755	1096
São Paulo	133	140	88	121	144	193
Total	3111	2385	1084	1.387	1.611	2.111

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Nossos quadros de terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações, nos períodos indicados, eram compostos conforme apresentado na tabela abaixo:

Terceiros	2022	2021	2020	2019	2018	2017
	44	34	29	39	45	41

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia foi de aproximadamente:

10.1 Descrição dos recursos humanos

Índice de Rotatividade	2022	2021	2020	2019	2018	2017
	4,25%	22,13%	2,37%	15,00%	31,03%	27,93%

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Atualmente terceirizamos uma parcela mínima de nossa mão-de-obra respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento.

Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Em relação aos nossos colaboradores, mantemos rígidas regras quanto ao atendimento da legislação trabalhista.

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

Nossa atual Política de Administração de Cargos e Salários ("Política") tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos nossos funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os nossos resultados serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

A administração de cargos e salários será feita considerando:

- (i) a relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função;
- (ii) a situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes;
- (iii) o equilíbrio orçamentário da Companhia: a política salarial levará em conta o desempenho da Companhia e seus resultados.

Nossa Política é aplicada segundo as seguintes premissas:

I - Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos:

1. Salário de Admissão

Todo funcionário deve ser admitido preferencialmente com salário no início da faixa salarial estabelecida para o seu cargo. Excepcionalmente, o salário de admissão pode ser estabelecido acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiência exigidas do candidato, ou por contingência de mercado.

2. Salário Para um Novo Cargo

Para se definir a faixa salarial de um novo cargo, este deverá passar pelo processo de Avaliação e Classificação, conduzido pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo.

3. Alterações Salariais

O Sistema de Administração de Cargos e Salários prevê as seguintes situações que poderão gerar alterações salariais:

- Fim do período de experiência

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Promoção Vertical (promoção para um cargo maior)
- Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo)
- Transferência para outro cargo
- Ajustes de mercado
- Reclassificação do cargo

3.1. Salário Após o Período de Experiência

Em casos específicos, em que o funcionário tenha sido contratado com a condição de ter um reajuste após o período de experiência, o salário do funcionário será reajustado para o nível previamente acertado na contratação.

3.2. Promoção Vertical

Os aumentos por promoção vertical são concedidos aos funcionários que passam a ocupar cargos incluídos numa Classe superior à Classe atual do cargo, dentro da estrutura de cargos e salários.

A promoção vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários, seja decorrente de aumento de quadro, substituição devido à promoção, desligamento, transferência ou enquadramento.

Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Recursos Humanos.

São duas as modalidades de promoção vertical:

3.2.1. Promoção Vertical na Mesma Carreira Específica (de Operador de Máquina para Encarregado de Produção, por exemplo)

Ocorre quando há promoção na mesma área de atuação. O salário é alterado para se enquadrar a classe do novo cargo, o aumento deve se situar entre 10% e 20% do salário atual.

Após uma promoção vertical na mesma carreira específica, deverá ser observado um período mínimo de um ano, antes de nova promoção vertical.

3.2.2. Promoção Vertical Com Mudança de Carreira Específica (de Auxiliar Financeiro para Auxiliar de Compras, por exemplo)

Numa promoção vertical com mudança de carreira, o aumento recomendado situa-se entre 10% e 20% do salário atual, observado o posicionamento na faixa do novo cargo e a relatividade interna.

O aumento, nesses casos, será efetivado 30 dias após a promoção.

Nesse período será avaliada a adaptação do funcionário ao novo cargo.

A promoção será efetivada com a aprovação da Gerência da área.

Caso o funcionário não se adapte ao novo cargo, a Gerência da área deverá comunicar com antecedência o fato à área de Recursos Humanos. Se for possível, o funcionário poderá retornar à sua área de origem ou ser transferido para uma função compatível com seu perfil profissional.

3.3. Promoção Horizontal (aumento por mérito)

O aumento por promoção horizontal pode ser concedido ao funcionário que apresentar desempenho que o destaque significativamente dos demais ocupantes do mesmo cargo ou dentro de uma equipe de trabalho.

É uma alteração do salário do funcionário dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo.

Os aumentos decorrentes da promoção horizontal podem ser concedidos em qualquer mês do ano e devem se ajustar ao orçamento definido para essa finalidade. Um

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

funcionário só pode receber nova promoção horizontal após o período mínimo de seis meses.

É recomendado analisar com cuidado cada promoção horizontal, visando a evitar a criação de problemas de relatividade interna posteriormente.

3.4. Transferência de cargo

Ocorre uma transferência quando o funcionário passa a ocupar um cargo em outra área. Por exemplo, um Assistente que é transferido da área industrial para a área administrativa.

Uma transferência geralmente não significa que o funcionário receberá um aumento de salário.

Se a transferência for para um cargo de uma classe superior à classe do cargo atual, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção vertical.

Se a transferência for para um cargo da mesma classe, e for necessário um aumento de salário para um melhor posicionamento do salário do funcionário na faixa salarial, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção horizontal.

3.5. Reclassificação do cargo

Ocorre um reajuste salarial por reclassificação quando um cargo recebe atribuições adicionais, de maior complexidade e responsabilidade e que exijam maior conhecimento do que as atribuições atuais, justificando uma reclassificação do cargo para uma classe mais alta na estrutura de cargos.

3.6. Ajustes de mercado

São alterações salariais com o objetivo de alinhar o salário do cargo com os padrões de mercado, constatados por meio de pesquisa de remuneração realizada pela área de RH.

O ajuste de mercado pode ocorrer como consequência de um reajuste nas tabelas salariais para alinhamento com o mercado, ou apenas para alinhar os salários de determinados cargos.

4. Avaliação para promoção

O funcionário indicado para uma promoção vertical ou horizontal deverá ser avaliado pelos seus superiores hierárquicos, conforme modelo padrão estabelecido pela área de RH para o cargo em questão, em itens relacionados com o desempenho e comportamento do funcionário nos últimos 12 meses.

O processo de análise para efetivação da promoção só terá seguimento se o funcionário receber uma avaliação de seus superiores que justifique a promoção.

A avaliação será feita pelo superior imediato, no nível mínimo de Supervisor, com a revisão e aprovação pelo Coordenador e pelo Gerente da área.

5. Procedimentos para solicitação de uma promoção

5.1 Solicitação da Promoção (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

5.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Havendo concordância, instrui o solicitante a proceder à Avaliação do candidato à promoção. Não havendo concordância, comunica a solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

5.3 Avaliação do funcionário

O superior imediato do funcionário faz a avaliação prevista no item 4.1 destas Normas e Procedimentos de Administração de Cargos e Salários.

5.4 Revisão da avaliação do funcionário

O Gerente da área revisa e aprova a Avaliação feita pelo Solicitante. Se o resultado da revisão da avaliação for positivo, o Gerente envia a solicitação de promoção à área de Recursos Humanos para o prosseguimento das análises. Se o resultado da revisão da avaliação for desfavorável, o Gerente comunica o fato ao Coordenador ou Supervisor da área e encerra o processo.

5.5 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos fará uma avaliação para verificação do potencial do funcionário e suas possibilidades de sucesso no novo cargo. Após essa avaliação, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo para deliberação da Diretoria.

5.6 Aprovação da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo ao Gerente e Coordenador da área interessada.

5.7 Efetivação da promoção

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

6. Procedimentos para solicitação de uma transferência

6.1 Solicitação da Transferência (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

6.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Se o superior imediato do solicitante concordar, encaminha o processo ao Gerente da área em que o funcionário trabalha, para liberação do funcionário e continuidade do processo. Se o superior imediato do solicitante não concordar, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.3 Aprovação pelo atual Gerente da área em que o funcionário trabalha

O Gerente da área em que o funcionário trabalha deverá manifestar sua concordância ou não com a solicitação de transferência. Havendo concordância, informa ao solicitante, que poderá solicitar à área de Recursos Humanos para dar seguimento ao processo. Não havendo concordância, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.4 Avaliação pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos procederá a uma avaliação do funcionário e das possibilidades de sua adaptação ao novo cargo. A seguir a área de recursos humanos submete o resultado da sua avaliação à deliberação da Diretoria.

6.5 Decisão da Diretoria

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo aos Gerentes das áreas envolvidas.

6.6 Efetivação da transferência

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

A data da transferência do funcionário para a nova área deverá ser definida de comum acordo entre os Gerentes das áreas envolvidas.

7. Procedimentos para solicitação de criação de uma nova vaga ou posto de trabalho (aumento de quadro)

7.2 Solicitação de criação da vaga (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao Gerente da área para uma análise preliminar.

7.3 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O Gerente da área do solicitante manifesta sua concordância ou não com a criação da nova vaga. Havendo concordância do Gerente, este envia a solicitação para a área de Recursos Humanos para análise de viabilidade.

Não havendo concordância, o Gerente comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

7.4 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de RH faz uma análise do atual quadro de funcionários da área solicitante e agrega outras informações relacionadas. Verifica a viabilidade orçamentária. Envia o processo à Diretoria para aprovação final.

7.5 Aprovação pela Diretoria

O processo é submetido à aprovação da Diretoria. A decisão final da Diretoria é encaminhada à área de Recursos Humanos, que comunica ao Gerente da área a autorização para criação da vaga.

9. Orçamento para Promoções

Anualmente, como parte do processo orçamentário, serão definidos orçamentos para as promoções previstas para cada área.

Os aumentos salariais em função da efetivação das promoções verticais e horizontais devem ficar dentro do orçamento anual para essa finalidade.

A efetivação das solicitações de promoção dependerá da disponibilidade de verba orçamentária específica. Nessa fase de análise do processo, a área de RH dará seu parecer para aprovação da Presidência e seguimento do processo.

10. Programa de Estagiários

10.1. Regras de Funcionamento do Estágio

O contrato será de no mínimo 6 meses, podendo ser renovado a cada 6 meses, enquanto o estagiário for estudante.

O horário de estágio será fixado em horário diferente do horário de estudo do estagiário e conveniência da área. Quando o estagiário for funcionário, o horário do estágio poderá coincidir com o seu horário de trabalho.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

O estagiário que não tiver correspondendo às expectativas da área, terá seu contrato rescindido.

A Empresa poderá contratar o estagiário como funcionário, em cargo compatível com sua qualificação, quando o estudante concluir seu curso.

O estágio será supervisionado pelo gerente da área. A área de RH dará todo o suporte em termos de treinamento e acompanhamento à equipe de estagiários e *feedback* sobre o processo aos gerentes.

A Empresa concederá uma Bolsa de Aprendizagem para os candidatos externos.

10.2. Critérios de Recrutamento de Estagiários

O público-alvo para recrutamento de estagiários é constituído por:

a) Candidatos externos: estudantes que irão se formar em até dois anos e meio, no máximo, no caso de curso superior.

b) Candidatos internos: funcionários estudantes.

Os candidatos internos e externos passarão pelo mesmo processo seletivo. Serão indicados os que tiverem melhor potencial.

10.3. Valor da Bolsa de Aprendizagem

O valor da Bolsa de Aprendizagem será proporcional à carga horária do estagiário.

O estagiário terá como benefícios o vale transporte, seguro de vida e refeição (a depender de horário e local de trabalho).

A correção desses valores será feita quando houver alteração na Tabela Salarial.

11. Responsabilidades

11.1. Diretores

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas. Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos.
- Dar aprovação final a todas as alterações salariais, promoções e movimentações de pessoal propostas, bem como a criação de novos cargos ou vagas.
- Aprovar ajustes de mercado.
- Aprovar alterações nas Políticas de Administração de Cargos e Salários.
- Analisar casos especiais não previstos nestas Normas e Procedimentos, decidindo sobre a melhor solução.

11.2. Gerentes

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas.
- Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos em suas áreas.
- Controlar as propostas de promoções e alterações salariais, conforme critérios estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.
- Analisar e dar parecer sobre as alterações salariais solicitadas pelos supervisores.
- Propor alterações salariais para funcionários de suas áreas quando necessário.
- Propor a criação de novos cargos ou vagas, conforme a necessidade.

11.3. Área de Recursos Humanos

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Acompanhar as regras estabelecidas e assessorar todas as áreas quanto à melhor forma de conduzir os processos e procedimentos estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

II - Conceitos e Terminologia

Descrição de Cargo

É o relato, de forma organizada, das atividades e responsabilidades de cada cargo existente na empresa.

Avaliação de Cargos

Processo de determinação da importância relativa de cada cargo dentro da estrutura organizacional, com base nos conhecimentos, complexidades e responsabilidades do cargo.

Classe

Designa um grupo de cargos com avaliação semelhante, que possuem a mesma Faixa Salarial.

Estrutura Salarial

É composta de Tabelas Salariais.

Faixa Salarial

A Faixa Salarial define os valores dos salários de cada Classe.

Pesquisa Salarial

É a coleta, tabulação e análise de salários praticados pelo mercado.

Salário Fixo

Soma das parcelas fixas de natureza salarial pagas mensalmente, tais como: salário, ajuda para aluguel, etc.

Comissão

Valores recebidos mensalmente, pela atividade de venda de produtos.

Remuneração Variável

Valor recebido em função do cumprimento de determinadas metas ou resultados, conforme definido em programa específico.

Bônus

Gratificação periódica ou esporádica, em função do desempenho ou contribuições únicas do funcionário para resultados.

Prêmio

Prêmio em mercadorias concedido pela obtenção de resultados específicos. Às vezes, o prêmio também denomina valores pagos em dinheiro, como no caso de campanhas de vendas.

Remuneração Base

É o salário fixo mensal.

Enquadramento Salarial

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Elevação do salário do funcionário até um determinado nível da Faixa Salarial do seu cargo, observando uma avaliação do seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Política de Remuneração

Conjunto de normas e critérios definidos pela empresa, para orientar sua administração salarial.

Promoção Horizontal (Aumento por Mérito)

Aumento de salário no mesmo cargo, como reconhecimento pelo desempenho ou desenvolvimento profissional do funcionário. Com uma promoção horizontal, o salário do funcionário avança na Faixa Salarial.

Promoção Vertical

Ocorre uma promoção vertical quando um funcionário passa a ocupar um cargo maior, dentro da estrutura de cargos da empresa, e seu salário passa a ser administrado dentro da faixa salarial do novo cargo.

Carreira Funcional

Sequência de cargos possíveis de serem ocupados por um profissional, numa escala ascendente pelos diversos níveis da estrutura organizacional, dentro de uma área funcional (Auxiliar, Assistente, Analista, Supervisor, Gerente, em áreas funcionais como Administração, Produção, Vendas, Marketing).

Carreira Específica

Conjunto de cargos de uma mesma atividade, em função das crescentes exigências de conhecimentos e amadurecimento profissional (Auxiliar I, II e III, Analista Júnior, Pleno e Sênior, dentro de uma área funcional).

b) política de benefícios

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo, convenção/acordo coletivo ou por nossa liberalidade. Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) vale-refeição; (iv) vale-transporte; (v) estacionamento; (vi) cesta básica; (vii) desconto em produtos na loja; (viii) auxílio educação.

Determinados benefícios elencados acima são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico dos empregados, sendo que nem todos os nossos empregados fazem jus a todos os benefícios.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Relações entre emissor e sindicatos

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos dos trabalhadores é muito saudável.

Não somos filiados a nenhum sindicato patronal. No entanto somos associados à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção- ABIT.

No Estado da Bahia celebramos acordos coletivos.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 – Regras, políticas e práticas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas não constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

É prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários. As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em "Partes Relacionadas" são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Nossos sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, artigo 28, o nosso Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 10% do nosso capital social vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cambuci Importadora Ltda.	31/12/2012	201.466,99	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2021 era de R\$ 24.542.279,15	Não é possível aferir.	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútuo					
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.					
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.					
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Cambuci Trust	31/12/2019	319.620,14	Saldo de prestação de serviços com a Cambuci em 31/12/2021 era de R \$ 5.172.129,49	Não	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Locação e prestação de serviços					
Garantia e seguros	Sem garantia					
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de locação de imóveis					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Impar Paraguay S/A.	31/12/2012	1.560.881,34	Não há saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2021	Não é possível aferir.	indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato compra e venda					
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.					
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.					
Natureza e razão para a operação	Não houve venda de produtos da Companhia para o Paraguay.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	4.369.302,13	O saldo de contas a pagar com a Cambuci é de R\$ 36.940.433,09 em 31/12/2021	Não é possível afeir.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compra e venda					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2017					
Posição contratual do emissor	Credor					
Latinline S/A	01/03/2014	366.676,08	O saldo existente a pagar no passivo nao circulante em 31/12/2021 era de R\$ 273.444,50	nao é possivel aferir	Prazo Înderminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútuo					
Garantia e seguros	nao aplicavel					
Rescisão ou extinção	nao ha					
Natureza e razão para a operação	ativo por conta corrente					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
	Credor					
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	8.464.760,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2021 era de R\$ 9.725.856,70	Não é possível aferir.	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor						
	Controlada					
Objeto contrato						
	compra e venda					
Garantia e seguros						
	Não existem garantias e seguros relacionados.					
Rescisão ou extinção						
	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.					
Natureza e razão para a operação						
	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2021					
Posição contratual do emissor						
	Credor					
Penalty Chile S/A	31/12/2012	1.135.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2021 era de 7.597.439,03	0.	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor						
	Controlada					
Objeto contrato						
	Compra e venda					
Garantia e seguros						
	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção						
	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2017.					
Posição contratual do emissor						
	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 – Itens 'n.' e 'o.'

Não se aplica.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/09/2021		45.937.335,19	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
42.275.080	0	42.275.080	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
10/03/2021		45.924.435,19	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
42.265.080	0	42.265.080	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/04/2010		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	50.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Data de emissão	01/08/1998
Data de vencimento	01/08/2001
Quantidade	3.000
Unidade	
Valor total	3.000.000,00
R\$	
Saldo Devedor em Aberto	2.097.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições das debêntures e da Emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	A escritura de debêntures previu a emissão de até 15.000 (quinze mil) debêntures, mas, em realidade, foram emitidas apenas 3.000 (três mil) debêntures, sendo o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS o único debenturista. Em 04 de setembro de 2000, foi firmado o Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples da Companhia que alterou: (i) o pagamento de juros para a data de 01 de agosto de 2000; (ii) a recompra de 200 (duzentas) debêntures por mês a partir de 01 de fevereiro de 2000, até a data de 01 de julho de 2001, ou prorrogando-se até o dia útil seguinte, totalizando 1.200 (mil e duzentas) debêntures, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira - CETIP e Instituição financeira a ser indicada. A seguir, as 1.200 debêntures serão canceladas pela Emissora; (iii) o resgate do saldo de 1.800 (mil e oitocentas) debêntures se dará em 01 de agosto de 2001, data de seu vencimento. Ficam mantidas as demais condições das debêntures e com atualização pelo INPC + 8% a.a.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia são admitidas à negociação no mercado tradicional da B3. - Brasil Bolsa Balcão sob o código CAMB3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há distribuição de dividendos em função do prejuízo acumulado

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Destinação de recursos de ofertas públicas

A debenture de 1º emissão encontra-se totalmente liquidada. Já a debenture de segunda emissão tem como destinação dos recursos, o que versa o item 3.5.1

3.5. Destinação dos Recursos

- 3.5.1.** Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a liquidação de determinadas dívidas financeiras da Emissora conforme Anexo I, de maneira a alongar o perfil de endividamento da Companhia (posição dezembro de 2021), sendo que eventual saldo credor da Emissão, a depender das amortizações e/ou repactuações ocorridas nas datas compreendidas entre dezembro de 2021 até a efetiva liquidação financeira das debêntures, será utilizado para reforço de caixa da Emissora.

ANEXO I

À ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMBUCI S.A.

Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a liquidação das dívidas financeiras da Emissora listadas abaixo (posição dezembro 2021):

a) Caixa Econômica Federal ("CAIXA"): saldo de R\$12.047.085,28 (doze milhões, quarenta e sete mil, oitenta e cinco reais e vinte oito centavos) calculado em 31 de dezembro de 2021 junto à CAIXA oriundo da (i) Cédula de Crédito à Exportação celebrado entre Emissora e a CAIXA em 24 de abril de 2020 no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), da (ii) Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 25.4287.737.0000009-16, celebrado pela Emissora e CAIXA em 29 de abril de 2021 com vencimento em 30 de abril de 2025 no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), da (iii) Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 25.4287.737.0000014-83, celebrado pela Emissora e CAIXA em 28 de julho de 2021 com vencimento em 29 de julho de 2024 no valor de R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais); e (iv) da Cédula de Crédito Bancário – Conta Garantida CAIXA nº 00064287, celebrado pela Emissora e CAIXA em 30 de junho de 2021 com vencimento em 30 de junho de 2024 no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

b) Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"): saldo de R\$ 22.135.835,51 (vinte e dois milhões, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos) calculado em 31 de dezembro de 2021 junto ao Santander oriundo da (i) Cédula de Crédito Bancário nº 00330141300000023550 celebrado pela Emissora, Sr. Eduardo Estefano Filho na qualidade de avalista e o Santander em 17 de novembro de 2021 no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) com vencimento em 20 de novembro de 2023; e do (ii) Contrato para Desconto de Duplicatas e Cheques nº 900281014 celebrado entre a Emissora, os Srs. Eduardo Estefano Filho e Roberto Estefano, na qualidade de fiadores, e o Santander em 08 de setembro de 2021; e

c) Atlanta Fundo de Investimento em Direito Creditórios Não Padronizado ("Atlanta"): saldo de R\$ 13.827.927,83 (treze milhões, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos) calculado em 31 de dezembro de 2021 junto à Atlanta oriundo do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças com Coobrigação do Cedente nº 03889 entre a Emissora, a Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., na qualidade de administradora, Sr. Roberto Estefano, na qualidade de devedor solidário, Alcance Promotora de Vendas Ltda., na qualidade de interveniente, Tercon Investimentos Ltda, na qualidade de gestor e a Atlanta em 09 de dezembro de 2019, conforme aditado de tempos em tempos.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes – valores mobiliários.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Estefano

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

Declaração do Diretor Presidente

Alexandre Schuler
Diretor Presidente

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Roque, 23 de Maio de 2023.

/s/ Alexandre Schuler
Nome: Alexandre Schuler
Cargo: Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Roberto Estefano
Diretor de Relações com o Mercado

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Roque, 23 de Maio de 2023.

/s/ Roberto Estefano

Nome: Roberto Estefano

Cargo: Diretor de Relações com o Mercado

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.3 - Declaração do diretor presidente/relações com investidores

As declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores foram apresentadas nos itens 13.1 e 13.2 deste Formulário de Referência.